

A história da
Água de **Beja**
do século XV a 1960

MARTA PÁSCOA



emas
EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE BEJA, E.M.



CÂMARA MUNICIPAL
BEJA
CENTRO DO SUL



MARTA PÁSCOA

Marta Páscoa é natural de Beja. É licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Concluiu o mestrado em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, na mesma Faculdade, concluiu a Pós-Graduação em Ciências Documentais, variante Arquivo. Durante 3 anos trabalhou a tempo inteiro na transcrição de manuscritos relativos à História de Beja, tendo como objectivo a posterior publicação e divulgação dessa informação, em grande parte ainda inédita. Fez a sua tese de mestrado tendo por base estes manuscritos, sobretudo os de Fr. Francisco de Oliveira. Realizou também, entre 2010 e 2012 numerosas visitas guiadas sobre a História da Cidade de Beja. É actualmente a arquivista do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, no Paço Ducal de Vila Viçosa.

A história da Água de Beja do século XV a 1960

Título

A história da Água de Beja – do século XV a 1960

Autora

Marta Páscoa

Coordenação

EMAS de Beja

Design Gráfico

Mafalda Matias

Impressão

Gráfica Comercial

Edição

EMAS de Beja, E. M.
©2019

Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 453829/19
ISBN: 978-989-209256

Imagem da capa: Vala para colocação da conduta de águas de ligação das terras frias com a cidade. AM B322

JUNTOS FAZEMOS DA ÁGUA A NOSSA PRIORIDADE





ÍNDICE

	6	Informações iniciais
	7	Agradecimentos
	9	A nossa motivação
	11	Introdução
PARTE I	15	Do século XV ao século XIX
	19	1. O papel do Concelho na gestão e manutenção dos equipamentos ligados à Água
	23	2. No coração da cidade — Poços desaparecidos
	23	Chafariz da Praça e Poço dos Banhos
	29	Poço Novo
	30	Poço da Rua Ancha
	30	Poço das Correias
	31	Poço do Ouro ou de S. Gregório
	31	Poço do Ulmo
	31	Poço da Figueira
	32	Poço Pequeno
	33	Poços concelhios em pátios de casas particulares
	33	Fonte Santa
	35	3. Nas entradas de Beja — caminhos, poços, fontes e hortas
	36	Chafariz de Santa Clara
	38	Poço de Aljustrel
	41	Poço Largo ou do Vale de Mértola
	42	Poço do Pelame
	45	Chafariz do Cano
	46	Chafariz da Suratesta
	48	O Tanque dos Cavalos

CAMARA MUNICIPAL DE BEJA

Serviços Municipalizados

AGUA AOS DOMICILIOS

4. Abastecimento Rural	53
Poço da Pia Quebrada	53
Poço dos Frangos	54
Poço do Coelho	55
Poço de Pero Mateus ou de Nossa Senhora das Neves	56
Fonte de Mangeralda	56
Fonte de Mouro	57
Fonte Figueira	58
Fonte da Abrunheira	58
Fontes e Poços particulares	58

O século XX — O Abastecimento municipalizado 61 PARTE II

1. A génese da municipalização dos serviços	63
2. Os Serviços Municipalizados — Fundação, organização, evolução	64
3. Os “Marcos Fontenários”	69
4. A primeira fase de Captação e Armazenamento	77
5. A Canalização e Distribuição	82
6. Os poços e estação elevatória das Terras Frias	90
7. O depósito da Mata	94
8. A Construção do Balneário Público	96

CONCLUSÃO 99

Notas	101
Bibliografia	110

Informações iniciais

- Todas as citações de manuscritos antigos têm a grafia actualizada.
 A grafia foi mantida na citação de impressos.
 Siglas utilizadas no texto e na indicação da proveniência das imagens:
 ADB – Arquivo Distrital de Beja
 AEM – Arquivo Histórico da EMAS
 AM – Arquivo Municipal de Beja
 ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 CMB – Câmara Municipal de Beja

CONSUMO MENSAL EM ESC.

Agradecimentos

À EMAS, na pessoa do seu Administrador Executivo, Eng.º Rui Marreiros por, em 2013, ter aceite dar início ao estudo da História da Água e, em 2019, por ter apostado na publicação deste trabalho.

Ao Dr. Miguel Barriga pelo apoio logístico e de coordenação na concretização da edição deste projecto.

À Eng.ª Gabriela Palma, que nos ajudou na localização da Pia Quebrada.

A todos os colaboradores e técnicos da EMAS que sempre se prontificaram a ajudar-nos naquilo que necessitámos e que nos auxiliaram na produção dos mapas que aqui se apresentam, nomeadamente o Eng.º Miguel Casadinho.

Ao Arquivo Municipal, na pessoa da Dr.ª Isabel Campaniço, por toda a colaboração que nos foi prestada, sobretudo na cedência de fotos do seu precioso acervo, que em muito irão beneficiar este trabalho.

Ao Dr. Casteleiro de Góis, pelas informações sobre diversas fontes e poços que nos forneceu, que nos deram pistas de pesquisa e que enriqueceram este trabalho.

Finalmente, ao Arquivo Distrital de Beja, às suas funcionárias e Directora, Dr.ª Anita Tinoco, pela colaboração e permanente disponibilidade para a consulta dos documentos à sua guarda.



Aguadeiro, em Beja, em 1893.

A nossa motivação



Desde o início dos tempos que a história de um povo e a história da sua água se fundem numa só. Este trabalho prova-o de forma muito vincada, sendo clara ao longo do todo o percurso a influência que a água teve na fixação das pessoas, no seu crescimento, mas também na forma como a sociedade se organiza em torno de um recurso desde sempre central para o quotidiano.

Este trabalho inclui seguramente 150 anos de história e de uma visão sobre Beja, os seus habitantes e a forma como tudo se organizou em torno de um objetivo central de acesso a um recurso, mas também de respeito pela sua importância.

Mais uma vez a prova de que é fundamental ir ler nas experiências do passado para melhor se poder compreender o presente e escrever as linhas do texto que deverão conduzir o nosso futuro.

Este contributo da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja pretende ser, na sua essência, um legado para a construção da nossa memória coletiva, enquanto comunidade.

A linha temporal parou em 1960, não porque a história da água de Beja tenha terminado por aí, muito pelo contrário, mas porque o decidimos fazer de forma faseada, dando ao tempo o tempo que o tempo precisa para consolidar o passado e filtrar o mais importante, preservando-o da espuma dos dias.

Quero dizer com isto que a História da Água de Beja se escreve todos os dias e nós na EMAS de Beja vamos continuar a escrevê-la porque juntos fazemos da água a nossa prioridade!

Rui Marreiros
Administrador Executivo



FIG. 1 Local onde se situava o antigo Chafariz da Praça

Foto de Miguel Barriga

INTRODUÇÃO

A ideia inicial deste trabalho começou, como todas as ideias, de forma incipiente, com algumas noções vagas de reunir a informação que se conhecia dos manuscritos inéditos do Arquivo Municipal de Beja, em depósito no Arquivo Distrital, sobretudo os de Fr. Francisco Oliveira, sobre o qual havíamos feito a nossa tese de mestrado e do Padre Mira, que tinha feito uma série de pequenas resenhas sobre as diversas fontes e poços da cidade.

Em 2013 a EMAS, na pessoa do seu Administrador Executivo, o Eng. Rui Marreiros teve a bondade de acreditar que se poderia fazer um trabalho interessante, aprovando a nossa proposta, feita com a ajuda inestimável da Dr.^a Maria João Macedo, à data responsável pelo Turismo da Câmara Municipal de Beja.

A ideia, depois de elaborada, passou a ser escrever uma pequena História da Água de Beja, focando o abastecimento à cidade desde os tempos mais remotos até à actualidade. Tal objectivo, porém, não se afigurou exequível. A informação sobre o abastecimento à cidade nas últimas décadas do séc. XX e primeiras do séc. XXI é já de cariz tão técnico que é mais apropriada a uma redacção por engenheiros do que por historiadores.

Relativamente ao tal início remoto, a questão foi ganhando cada vez mais interesse, à medida que a investigação avançava. Começámos por verificar que havia pontos de água (para diversas utilidades), milenares, ou cuja existência se conhecia desde o tempo dos romanos – como a Suratesta, o Chafariz da Praça ou a Pia Quebrada, hoje desaparecida.

De facto, sendo Pax Iulia a cidade de inegável importância que todos reconhecemos, é óbvio que os romanos teriam soluções tanto para o abastecimento como para o escoamento de águas. Não havendo vestígios de aquedutos, seria de supor que se abasteceria dos seus próprios poços.¹

A ideia de estudar a água da cidade no tempo dos romanos era aliciante. Tínhamos suspeitas sobre onde se poderiam localizar os antigos banhos e há, nos manuscritos que em tempos lemos e transcrevemos, informação útil e talvez inédita sobre as cloacas romanas. Essa informação, se conjugada com a informação arqueológica daria, estamos certos, resultados muito interessantes. Mas, concluímos, o tema era tão importante e um estudo aprofundado tão necessário, que deveria ser feito em parceria com arqueólogos. O material em estudo, quer do ponto de vista da importância, quer da quantidade de informação, daria uma publicação autónoma. Não cabia já no âmbito modesto deste trabalho. Ficará para os vindouros o estudo da água de Beja no tempo dos romanos.

O ponto de início do trabalho passou a ser, então, o início da documentação escrita alusiva ao tema. Ficámos, ainda, com um campo de estudo bastante vasto: consiste em tentar identificar os mais importantes pontos de acesso à água: poços, fontes, chafarizes e tanques. Para cada um deles, ver o que nos diziam as fontes primárias, sobretudo manuscritos acerca da História da Cidade e actas de vereação da Câmara Municipal, embora soubéssemos de antemão que seria impossível ler todas elas. Finalmente, coligir toda essa informação até aos dias de hoje ou até à data em que o equipamento em causa existiu. Verificámos que alguns destes equipamentos, cuja antiguidade não conseguia ser estabelecida até ao tempo dos romanos, mais pela falta de informação do que pela sua eventual modernidade, eram, mesmo assim, instalações com pelo menos 500 anos de uso, o que não deixa de ser assombroso. Finalmente, a associação entre esses poços, chafarizes e bebedouros e as vias de saída da cidade davam sentido a uma série de constatações que de outra forma não o teriam. A cidade vivia à volta destes pontos de água, que lhe tiravam a sede e a alimentavam, através das hortas que junto a eles cresciam.



Por outro lado, interessava-nos verificar como as inovações tecnológicas e os “ventos de modernidade”, no que toca à gestão da água, chegaram a Beja. Até porque a transição entre o abastecimento através dos antigos equipamentos e a efectiva passagem para um abastecimento domiciliário foi um processo que demorou décadas e teve algumas vicissitudes, bem como a utilização de equipamentos que hoje podemos considerar provisórios, como os marcos fontanários, que se conservam mais pelas fotos do Arquivo Municipal do que pela memória dos bejenses.

O conhecimento do que se passou na 1.ª metade do séc. XX tem sido e continuará a ser gravemente prejudicado pelos nefastos efeitos do incêndio na Câmara Municipal de 1947, que destruiu parcialmente os arquivos do município.

Assim, se para os equipamentos antigos: poços, fontes, chafarizes e tanques tentámos seguir a sua evolução até ao presente, no caso do moderno abastecimento, não o fizemos.

Aquilo que pretendemos fazer foi estudar o evoluir dos acontecimentos até à primeira fase de canalização de águas e compreender a estruturação dos serviços municipais e a construção de equipamentos que reflectiam já uma certa modernidade. Demos por findo o estudo no ano em que terminou a primeira fase de canalização de águas, 1960.

O que se passou entre 1960 e os nossos dias é, como dissemos, mais do foro dos engenheiros do que dos historiadores. Ficará, quem sabe, para um estudo futuro.

Marta Páscoa



FIG. 2 Chafariz de Santa Clara. Teve obras em 1875. Observa-se, atrás, a parede com ameias e, à esquerda, o obelisco. O letreiro e as armas da cidade, diz Túlio Espanca, terão sido recolhidos ao Museu. Foto de Miguel Barriga

“No terreno de fora que é todo uma dilatada campina se descobrem porém muitos poços e fontes de excelente água, a mais ou menos distância, parte dos quais serve quotidianamente para a utilidade dos moradores da cidade, pela sua vizinhança; e estes juntos com os mais e as ditas fontes podiam fazer mais alegre e divertida a vizinhança da cidade pelo recreio, se houvesse curiosidade ajudada de forças para se lhe aplicarem os meios. Sem embargo disto, não deixa de ter Beja em roda de si muitas hortas vizinhas e quintas a maior distância donde vêm anualmente muitas frutas e hortaliças de que seus moradores se utilizam.”

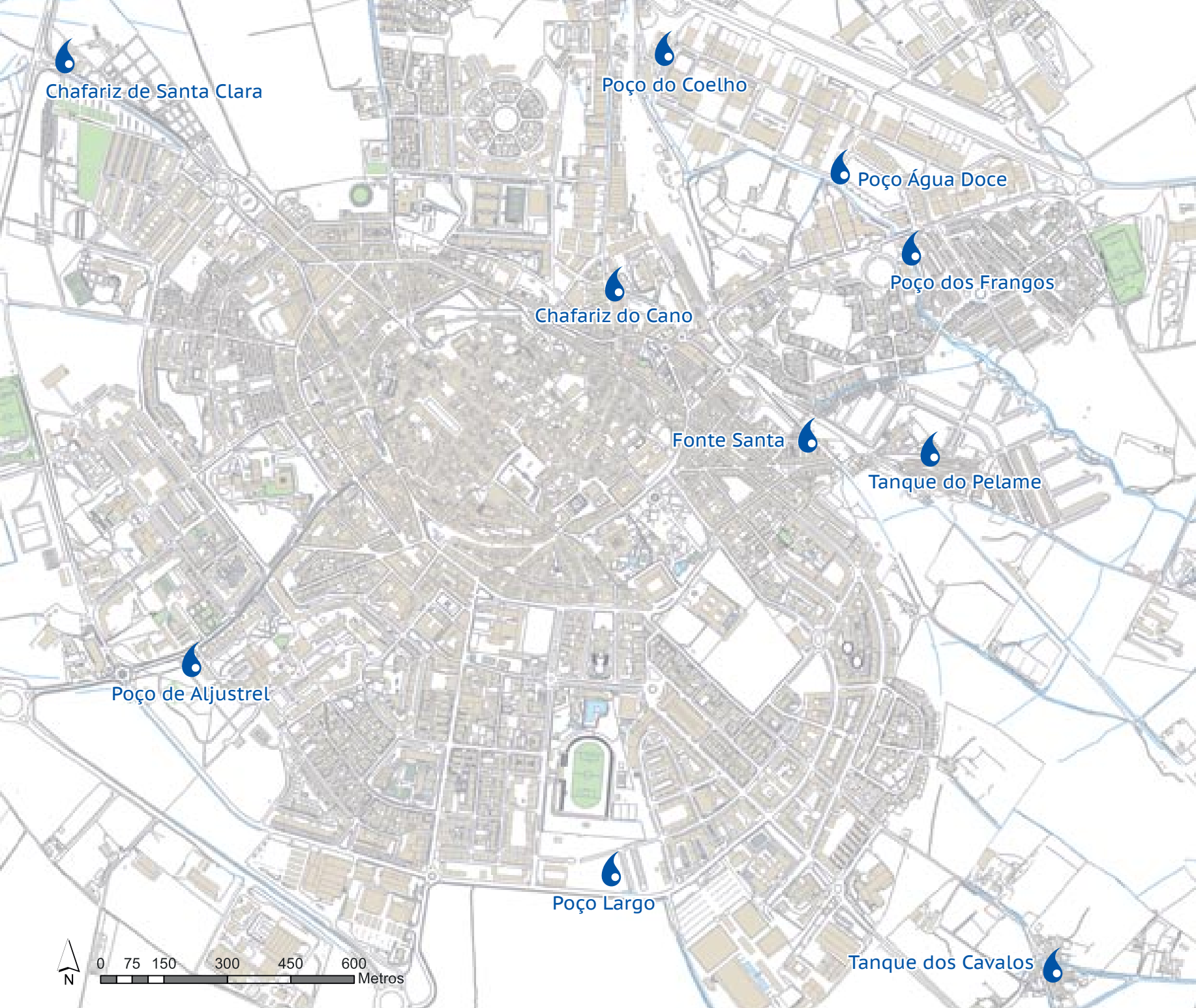
Félix Caetano da Silva, *Memórias históricas das Antiguidades da Cidade de Beja*

Do século XV ao século XIX

Parte I

O presente capítulo pretende identificar os equipamentos relacionados com a água de que tivemos conhecimento e que serviram a cidade desde tempos imemoriais. Para muitos, só não se encontram referências mais antigas porque elas (já) não existem. Muitas vezes, a referência a um poço faz-se a propósito de uma delimitação de propriedades, que confrontam com o poço ou com caminhos que vão dar ao poço. O poço é, assim, um marco de referência e é, aliás, o mais seguro: enquanto o caminho para um determinado lugar pode mudar de percurso, dificilmente o poço mudará de sítio e, se o caminho é referência para se encontrarem casas ou propriedades, o poço pode ser a referência para se encontrar o caminho.

Para a descrição dos poços, fontes, tanques e chafarizes usámos os apontamentos do padre José Inácio de Mira, que se encontram no Arquivo Municipal de Beja, depositados no Arquivo Distrital de Beja. Também neles se baseou Túlio Espanca, que será referido, quando fala dos poços. O P. Mira, grande estudioso da cidade do séc. XIX, examinou cuidadosamente os livros mais antigos da mesma e por isso é uma fonte fidedigna no que toca a todas as posturas municipais sobre os poços e fontes e às referências nos tombos mais antigos. As suas descrições reflectem a cidade de meados de oitocentos, em grandes obras e às vésperas de grandes destruições. Estes manuscritos são datados de 1869, 1874 e alguns não têm data. Foi no último quartel do séc. XIX que o município fez grandes arranjos aos bebedouros, chafarizes e outras instalações com eles relacionadas. Lamentavelmente, para o período entre 1854 e cerca de 1930 não existem actas de vereações da Câmara Municipal de Beja, que pereceram no incêndio de 1947



MAPA 1 Equipamentos de abastecimento à cidade ainda existentes.

e que ajudariam a comprovar as grandes mudanças sofridas pela cidade em finais de Oitocentos [MAPA 1].

Usámos também todas as referências a água que encontramos nos manuscritos do séc. XVIII que transcrevemos para a nossa tese de mestrado², que resultou de um trabalho intensivo de 3 anos passados a transcrever manuscritos, muitos deles de leitura difícil, sobre a História da Cidade, incluindo as Memórias Paroquiais. Este trabalho foi realizado a expensas da autarquia, pelo que continuamos a aguardar a que haja interesse da mesma para que se concretize a sua publicação.

Consultámos também, embora não de modo exaustivo, as actas de vereações da Câmara Municipal, sobretudo do séc. XVII.

Foi assim que ganhou volume o pequeno trabalho (que pensávamos realizar num mês) e que tinha apenas a pretensão de coligir e sistematizar algumas informações já conhecidas ou presentes nos manuscritos já referidos.

Esta primeira parte, embora apontando já para algumas inovações técnicas que o progresso de então permitia, termina, sensivelmente, com o fim da Monarquia e com a implantação da República. É, de facto, nessa altura, que as mudanças políticas, aliadas às técnicas, proporcionam a concretização de intenções sérias de modernização no que concerne ao serviço público, tentando dotar a cidade de meios mais modernos para a obtenção de água de qualidade para o consumo.

FIG. 3
Chafariz de Aljustrel
de 1875, nos dias de hoje.
Foto de Margarida Modesto





FIG. 4
Armas reais,
já bastante desgastadas,
ostentando a data de
1614, no Chafariz do
Cano, à rua da Lavoura.
Foto de Miguel Barriga

1. O papel do Concelho na gestão e manutenção dos equipamentos ligados à Água

Desde tempos imemoriais que as questões mais intimamente relacionadas com a vida das pessoas, a nível local, foram tratadas em proximidade, ou seja, pelos concelhos.

Com a queda do Império Romano perdeu-se a ideia de um serviço público, para o bem comum. Essa ideia só viria a ser retomada séculos mais tarde. Há autores que defendem que, a partir do séc. XIV a Coroa “chama a si e aos corregedores, a obrigação de assegurarem a construção e manutenção de obras de bem-estar público (...). Este facto pode elucidar, talvez, questionamentos sobre a proliferação destas estruturas a partir desta sobredita centúria no território português e também na documentação escrita. Assim, percebe-se a presença em quase todas as fontes de armas régias; não porque sejam obras pagas pela coroa, mas, por ser de domínio público – monumentos civis”³

A questão da presença das armas reais [FIG. 4] é importante uma vez que as iremos, repetidamente, encontrar, em diversos equipamentos da cidade, se bem que em versões mais tardias. Por outro lado, começamos a encontrar na documentação camarária a presença e trabalho dos vereadores em prol da manutenção dos bens do concelho e, portanto, do seu uso comum.

Já as Ordenações Afonsinas prescrevem que compete aos vereadores “saber como os caminhos, fontes, e chafarizes, pontes, e calçadas, e muros, e barreiras som repairados; e os que cumprir de se fazer, e adubar, e correger, mandalas fazer, e repairar (...)”⁴

As Ordenações Manuelinas apresentam condições idênticas. No título acerca dos Vereadores das cidades e vilas e do que a seus ofícios pertence podemos ler o seguinte: “Saberam como os caminhos, e fontes, e chafarizes, e pontes, e calçadas, e poços do Concelho e casas e assi quaesquer outras cousas do concelho sam repairadas e as que comprir de refazer, e adubar, e correger, manda-as-ham fazer e repairar”⁵



FIG. 5
Cabeça de touro,
símbolo do Concelho,
que se observa no
Chafariz do Cano,
à rua da Lavoura.
Foto de Miguel Barriga

No séc. XVI, o rei D. Manuel – que já havia feito diversos melhoramentos na cidade, enquanto duque, promove o tombo dos bens do Concelho. Tal tombo não chegou até nós, mas foi lido, no séc. XVIII, por Fr. Francisco de Oliveira, que nos diz o seguinte:

[D. Manuel] “Fez novamente tombar os bens do Concelho entrando também as fontes, chafarizes e poços. Sam aquelas as seguintes: no caminho da Vidigueira: fonte Figueira; para diante no coito fonte Coberta. Para a parte do Carmo: fonte do Vale do Bispo, fonte do Mouro, fonte de Rui Martins, fonte da Vinha sem Vinho e fonte do Bom Pinheiro. Para a parte da vila de Moura: fonte da Arca. Para o Pelame: Fontainhas. Para o caminho de Serpa: fonte de Beja a Pequena, fonte do Areiro

(fonte do tanque) fonte de Almada. Para a parte de Aljustrel: fonte da Pia Quebrada, fonte Faleira, a mais copiosa e abundante de todas. Para a parte de Beringel, fonte dos Frades, fonte da Borrinheira e para S. Brissos fonte da Atouguia. Fonte de Pero Mateus perto da Senhora das Neves.

Os poços são os seguintes: poço do Coelho; poço dos Frangos, poço do Pelame; poço Pequeno, junto à cerca de S. Francisco; poço de Mértola e Aljustrel e poço da Pia Quebrada com sua terma ou banho romano.

Os chafarizes são: o do caminho de Serpa; o do caminho do Poço de Aljustrel que se desfez em 1738, o de Santa Clara, com armas dentro das quais se acha hum letreiro tão consumido que se não percebe. O de Sorotesta, com terma. O dos Lagares⁶ com armas que se reformou em 1614. O do Pelame tendo quatro deles água perene e contínua. Para serviço da cidade há seis poços que são os da Graça, Oiro, Figueira, Esquível, Ulmo e Rua Ancha, fora outros que depois se meteram em pátios e casas particulares como são: 1 Romão da Costa; 2 fundo da rua de Aljustrel; 3 D. Filipa; 4 Vigário Geral.”⁷

Se entre estes poços se encontram nomes bem familiares, outro correspondem a poços cuja água, ou a memória, não chegaram até nós. É também interessante verificar que o Poço dos Banhos e o Chafariz da praça, alegadamente mandados fazer por D. Manuel, não constem do tomo de bens. Talvez este fosse anterior à construção do Chafariz.

As Ordenações Filipinas não acrescentam nada de novo ao que já se fazia:

“E bem assi saberão como os caminhos, pontes, calçadas, poços casas e quaisquer outras cousas do Concelho são repairadas e as que se devem fazer adubar e concertar manda-las-ão fazer e reparar, e abrir os caminhos e testadas, de maneira que se possam bem servir por eles, fazendo-o de modo que por falta sua as ditas cousas não recebam danificação: porque danificando-se por sua falta ou negligência per seus bens se concertarão. E mandamos aos Corregedores que quando vierem pelos lugares o executem e façam emendar per seus bens.”⁸

As posturas municipais vêm, já desde o séc. XVI colocar em prática aquilo que as Ordenações preconizavam: o zelo e a vigilância na manutenção destes bens de serviço público. O livro de posturas de Beja mais antigo tem início ainda no séc. XVI (1578?) e reflecte já as preocupações maiores e de mais difícil resolução e que, portanto, seriam alvo de novas posturas nos séculos seguintes.

A primeira preocupação expressa prende-se com a limpeza dos chafarizes. Segundo o primeiro livro de Posturas, esta competia aos rendeiros das rendas da cidade⁹, que deveriam limpar os chafarizes da cidade três vezes por ano: “Outrossi, os ditos rendeiros

serão obrigados a limparem entre todos os chafarizes do concelho: os da cidade limparão o chafariz do Cano e o Pelame e os rendeiros das vinhas limparão os chafarizes do tanque e d’Aljustrel e os rendeiros do machial limparão os chafarizes de Santa Clara e de Soeiro Testa”.¹⁰ Segundo a mesma fonte, os rendeiros que não cumprissem a sua obrigação estavam sujeitos a multas. Deveriam limpar os chafarizes a primeira vez em Abril, na segunda em Julho e a terceira em Novembro. A mesma indicação acerca da periodicidade da limpeza, pelos rendeiros, pode ser lida no livro de Posturas de 1738.¹¹

Para a manutenção da limpeza e pureza das águas era necessário, por outro lado, que não se jogasse lixo lá para dentro. Esta preocupação aparece sobretudo associada ao chafariz da praça, de que falaremos com mais detalhe. A postura prevê coimas para quem lançar imundícies para dentro do poço e para os “moços” que atirarem pedras¹².

O primeiro livro de Posturas apresenta-nos a diferença, à época, entre poços, fontes e chafarizes: “Item que os poços e fontes do concelho são para beberem as pessoas e assim os chafarizes do concelho são para as bestas”¹³. Não havia aqui lugar, portanto, para os porcos, que têm preferência por locais lamacentos onde possam chafurdar. Assim, a postura determinava que em nenhum dos locais acima referido fosse permitido aos porcos beberem, devendo ser encaminhados ao ribeiro das hortas. Em fonte mais tardia é indicado o “rio Verdelho”.¹⁴

No poço do Pelame, os problemas com a pureza das águas tinham outros contornos, que se prendiam com a existência de fábricas de curtumes das redondezas, de onde, aliás, vem o topónimo. Já no séc. XVI a postura municipal prevê “que nenhuma pessoa tire água do poço ... que está a par dos Pelames para lavar nenhuma coisa, sob pena de pagar duzentos reais”¹⁵. Em seguida, diz-se que não é permitido escabecear as peles (pelos sapateiros ou outras pessoas).

Também é proibida a lavagem de lãs nos chafarizes do concelho, com a indicação particular do Tanque dos Cavalos, eventualmente, por ser aí essa prática mais habitual.¹⁶

Para os chafarizes em geral foi lançada a postura de que nenhuma pessoa ou animal se pudesse banhar dentro de poços, chafarizes e fontes.¹⁷

Igualmente importante era que não fosse permitido lavar roupa suja, nem atirar coisas sujas. A pena para quem fosse apanhado a lavar roupa era paga após o prevaricador estar na cadeia.¹⁸ Após a reforma da postura, já no início do séc. XVII, a multa para estas acções era 4000 réis.

Para a tiragem de água do poço era preconizado o uso de vasilhas limpas. Se fosse necessário lavar alguma coisa, que o fizessem à distância de seis varas de medir pano, sob pena de pagamento de 200 réis.¹⁹

Como iremos falar nos próximos capítulos, os poços que se situavam nas entradas da cidade possuíam múltiplas funções: forneciam água aos habitantes, através dos chafarizes, davam de beber aos animais, através dos tanques e regavam as hortas que se situavam nas proximidades. O hortelão era, assim, uma figura que nunca andava muito longe do ponto de água. Desde o séc. XVI que o seu papel é referido, neste caso para prevenir eventuais (porventura frequentes) prevaricações.

Diz uma das posturas desta época que é proibido aos hortelões furarem os chafarizes. “Outrossim foi dito que os hortelões que estão perto dos ditos chafarizes os furavam para lhes vir (?) água às hortas, o que será grande mal e portanto mandarão que nenhum seja tão ousado que fure os ditos chafarizes, sob pena de 500 réis e sob a dita pena, sendo achados rotos, os hortelões de mais perto sejam obrigados a os consertar porquanto se presume que o dito mal não pode vir d’outrem e os que furarem pagarão mil réis à Câmara.”²⁰ Mais tarde a pena é actualizada para o dobro. A mesma proibição aparece nas posturas de 1738, mostrando que a prática proibida continuava a ser realizada.²¹

Não menos importantes são as menções ou indicações relativas à escassez da água: “E os quais chafarizes nenhuma pessoa não tirará água para nenhuma cousa, somente para beberem as bestas e eles e os outros chafarizes de redor da cidade nem poços de dentro não tirem água para vender, somente para despesa de suas casas, sob pena de 30 réis.” Mais tarde a pena é aumentada para 500 réis. Nas notas posteriores às posturas iniciais é dito novamente que não se pode tirar água do chafariz da praça e que “os chafarizes do concelho se fizeram com muito custo para neles haver sempre água limpa e boa para as cavalgadas beberem...”²².

Poderemos então deduzir que a água que se extraía dos poços e fontes de Beja não era particularmente abundante. Daí a importância de a preservar, não desperdiçar, não usar para maus fins e não permitir que ficasse suja ou imprópria para consumo. As sucessivas posturas e decisões camarárias de multa aos infractores demonstram que as boas práticas de preservação da salubridade da água para consumo demoravam tempo a ser assimiladas pela população.

Na segunda metade do séc. XIX assiste-se à introdução de inovações tendentes a melhorar o abastecimento à população. Em alguns poços da cidade ou dos arredores são introduzidas bombas de água. Estas porém, não parecem ser muito populares entre a classe dos profissionais da venda de água. Em alguns dos poços estudados neste trabalho veremos o relato dos distúrbios e conflitos ocorridos após a introdução destes sinais de modernidade.

2. No coração da cidade – Poços desaparecidos

Ao estudar os poços ditos urbanos de Beja surgiram duas realidades diferentes: os poços “urbanos”, situados pelas ruas da cidade e os poços dos subúrbios ou arrabaldes.

Não tendo Beja rios, nem ribeiros de grande vulto por perto nem sendo conhecidas, para os períodos mais remotos, estruturas que trouxessem água para a cidade – como aquedutos, por exemplo, é de supor que o abastecimento aos habitantes da cidade fosse feito sobretudo a partir de poços. O prior do Salvador, António Guerreiro de Aboim, que em 1758 respondeu ao inquérito sobre a sua freguesia, diz acerca disto o seguinte:

“Não há perto desta cidade fonte ou lagoa célebre. As águas de que bebem os seus moradores são de poços, tão puras e cristalinas que se reputam por muito singulares e com especialidade de não se corromperem.”²³

A partir do séc. XIX, se houve melhorias para alguns dos equipamentos da água, outros foram tapados, pelos mais diversos motivos: secaram, era necessário alargar a rua, eram perigosos para os transeuntes, etc. Com o advento do séc. XX os poços deixaram de ser necessários, por se criarem formas mais eficazes, modernas e salubres de fazer chegar a água aos habitantes da cidade, como veremos na Parte II.

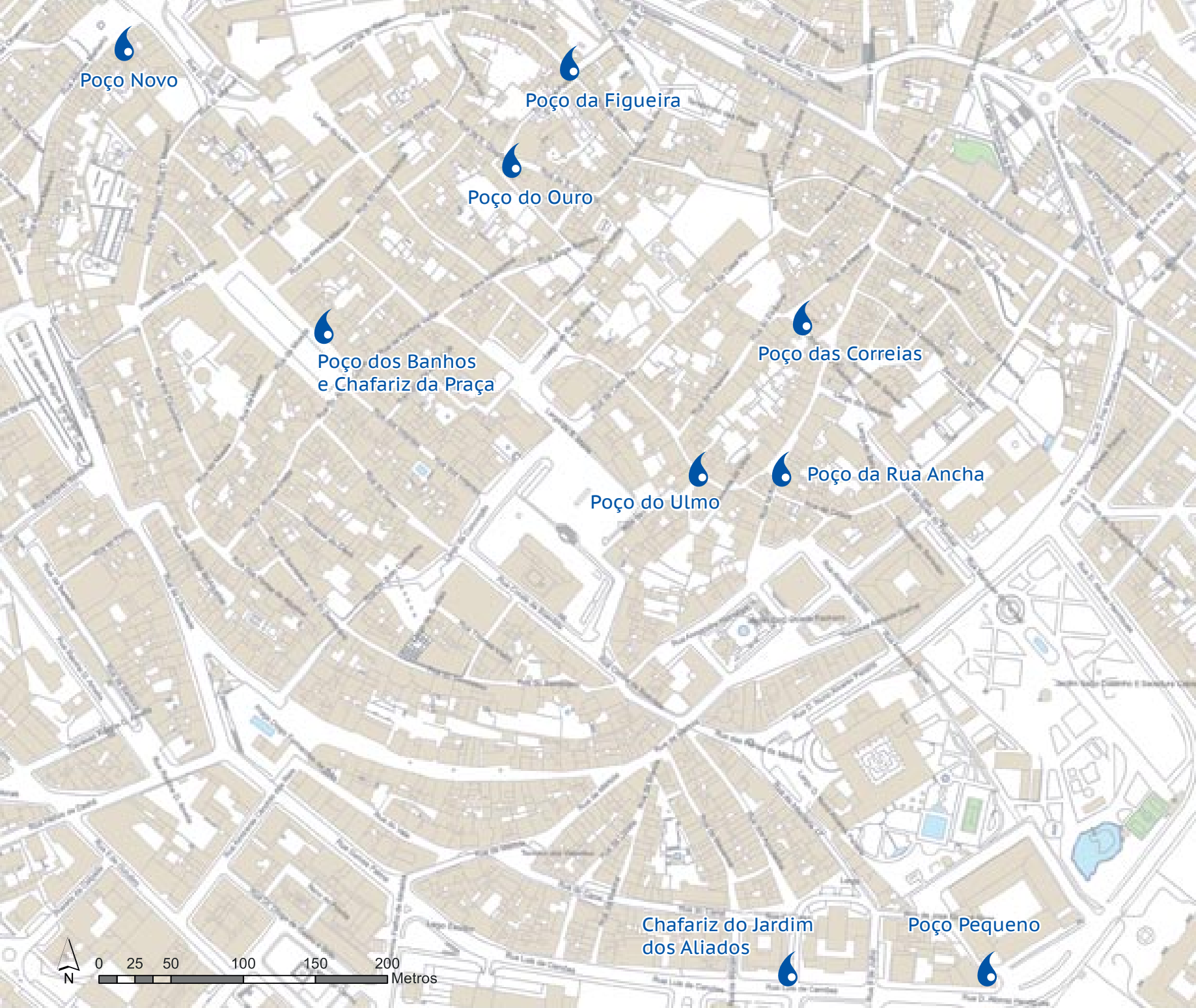
Assim, a maior parte dos poços do coração da cidade hoje em dia já não existe. Apesar de terem sido tapados ou entulhados, deixaram a sua marca na malha urbana: através de um topónimo, de uma memória ou, simplesmente, através de um espaço de via pública ligeiramente maior – suficiente para o poço mas não para mais uma habitação. O Mapa 2 mostra-nos os poços urbanos já desaparecidos, de que falaremos em seguida.

Finalmente, incluiremos nesta categoria a única fonte que considerámos como urbana, que não desapareceu (apesar de ser muito difícil de encontrar) e que é, como veremos, uma situação *sui generis*.

De todos os poços urbanos, o mais importante era sem dúvida o chamado Poço dos Banhos, que alimentava o Chafariz da Praça.

Chafariz da Praça e Poço dos Banhos

Situava-se do lado direito da Praça, actualmente designada por Praça da República, para quem estiver virado de frente para a igreja da Misericórdia. Os indícios encontrados indicam que aí haveria umas termas ou banho romano e um poço; e desse poço saía a água para um chafariz na praça, mandado fazer por D. Manuel. Este chafariz funcionava com nora, puxada por um animal, numa casa com telhado, para não ficar exposto aos elementos.



MAPA 2 Poços urbanos desaparecidos.

A referência mais antiga que se encontra ao poço é de 1432²⁴, na Chancelaria de D. João I, quando este monarca doa ao Concelho o poço e casa “em que soíam estar banhos” [FIG. 6]. Diz o início da Carta:

“D. João, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o concelho e homens bons da nossa leal vila de Beja nos enviaram dizer por seus procuradores que por nosso mandado enviaram a estas cortes que fizemos em esta cidade de Coimbra que na dita vila há umas nossas casas em que soíam estar banhos e que está em elas um poço de muita água e está na metade da vila, a qual é mui cumpridoira à dita vila porque é minguada de água para se lograr dele e que nos pediam por mercê que lhe fizéssemos mercê do dito poço e casas em que está para o repararem e corregerem pera prol comunal da dita vila por que será por isso mais abastada de água”.²⁵

As notícias seguintes que temos sobre o poço são as que referem a construção, por mandado de D. Manuel, de um chafariz para o qual vinha, encanada, a água do poço. O chafariz teria sido construído na altura da abertura da praça. Vejamos o que sobre isto diz Félix Caetano da Silva:

“Nela [praça] se conserva ainda um chafariz para o qual em outro tempo vinha água de um poço que ainda permanece entupido em um quintal vizinho. Este poço é anti-quíssimo e de famosa grandeza. Consta por memórias muito antigas que vimos em o cartório da Câmara da cidade, que antigamente se chamou o Poço dos Banhos, pelo motivo de vir dele água para uns banhos públicos que nos tempos antigos houve naquele sítio junto a ele, em que hoje estão fundadas as casas de Mateus de Brito Godins e a que serve de recolher os touros nas funções públicas deste género que na dita praça se representam”.

Assim, para a conservação dos ditos banhos no tempo antigo, como para a do chafariz, neste mais moderno, era obrigado o Senado a concorrer com todo o necessário pelas suas rendas. E o dito chafariz mandou também fazer el rei D. Manuel, para ornato da praça e regalia do povo, além de outras obras com que enobreceu esta cidade.”²⁶

Pelo seu valor informativo, vale ainda a pena ver o que diz o P. Inácio de Mira: “Consta que este rei mandou fazer a praça e para lhe dar a elegância que tem, fez estragar a rua chamada dos Mercadores, que era por aquele sítio. Presentemente, quando se arborizou a praça, nas covas que se abriram para lançar as árvores, encontraram-se graves vestígios de alicerces em todo o lado esquerdo ou do lado oposto ao do chafariz. Não há memória de quando a praça fosse assim alargada pela demolição

Em 1639 a Câmara manda limpar e arranjar o poço e as casas devolutas para que nelas pudesse morar alguém que zelasse pelo poço, chafariz e fosse ao mesmo tempo o aferidor das medidas de “pau e barro”.³²

Em 1654 o Poço dos Banhos é mencionado no Tombo dos Bens do concelho, com “seu engenho de nora mourisco coberto com telhado de quatro águas sobre arcos de tijolo”. O Tombo dá ao chafariz, neste tempo, dez varas menos um palmo de comprimento e duas varas e um palmo de largo.³³

No séc. XVII, por diversas ocasiões, a Câmara manda limpar o poço (usado como lixeira) e consertar a porta do touril. Já nesse século se menciona que a casa do touril estava devoluta por arruinada e que o poço teria deixado de funcionar por “não ter engenho”. João de Brito Godins, que nessa época aforava as casas de cima, aparentemente estava a usar também as do poço e touril como arrecadação e estrebaria, situação a que se pôs cobro em correição.

FIG. 7
Local onde se situava
o chafariz do poço dos
banhos, demolido ainda
no século XIX.

Foto de Miguel Barriga



O poço e chafariz ainda eram usados em 1729, mas já em 1738 se diz que o chafariz não tem água. O livro de Posturas desse ano manda que os rendeiros o limpem, se e quando tiver água, como em tempos já tinha tido.³⁴ Terá sido a diminuição da quantidade de água tirada do poço que contribuiu para a decadência de todas as estruturas e que permitiu as obras feitas no sentido de diminuir o chafariz e, mais tarde, de o demolir.

No tempo do P. Mira, nas casas do Touril eram guardados os tabuleiros da venda das hortaliças. O que este autor viu no local foi um poço inutilizado, onde os moradores da vizinhança jogavam o lixo. Informa que o poço foi limpo muitas vezes em épocas diversas mas que nunca se ia até ao fundo pois quando se começava a encontrar lama os trabalhos ficavam mais difíceis e geralmente paravam. Finalmente, o poço terá sido tapado para que não voltasse a ser usado para o vazamento de detritos. Aparentemente, contava-se nessa época uma história que afirmava que deste poço corria água que iria ter ao Chafariz do Cano, mas, ao que parece, nem nesta época nem nas posteriores foram encontrados vestígios que provassem ser desta ligação.

Nos nossos tempos, o local presumido do poço fica num quintal particular, atrás das casas da praça. A vegetação exuberante deste quintal não deixa vislumbrar se algo ainda resta desse poço.

O chafariz foi demolido em data próxima dos escritos do P. Mira sobre o assunto, pois em 1869 a Câmara cedeu o chafariz a Francisco Mateus Palma. Este, com autorização, retirou o chafariz e tapou os arcos, deixando ficar apenas duas colunas. Como contrapartida, a cantaria foi entregue à Câmara, que a usou nas obras do Tanque da Suratesta.

Poço Novo

Situava-se no largo de Santo Amaro e era também conhecido como poço do Arrabalde da Graça ou Poço de Nossa Senhora da Graça. Vejamos a localização exacta, dada pelo P. Mira:

“No arrabalde da Graça e no largo de Santo Amaro que fica logo ao sair da cidade pela Rua onze d’Outubro, a d’antes Portas d’Évora, havia próximo e quase em frente à parte direita da Rua Nova um poço do qual ainda hoje se conhece onde estava aberto, pois que ainda são conhecidos os vestígios dos arcos da abóbada que foi mandada fazer para o tapar.”

Já há referências ao Poço Novo no Tombo dos bens da Gafaria em 1509³⁵, situando-o perto da Rua das Adegas, que por sua vez ficava perto da Rua Nova. Há também outra referência, dada pelo P. Mira, que a encontrou nos livros de Vereações de 1616³⁶, em que a Câmara mandava apregoar da obra do “Poço Novo, para que lhe sejam postas

pedras “com seus gatos de ferro chumbado”. Foi arrematada por Estevão Rodrigues pedreiro, que a fez por 4500 réis”.

Será por coincidência que o Poço Novo fica junto à Rua Nova? É voz corrente que o adjectivo “Novo” se aplicou aos lugares para onde, no séc. XVI, iam os antigos judeus, ou cristãos (também eles) novos, após abandonarem as antigas judiarias, cujas casas eram vendidas. É possível que esta tenha sido a primeira zona da cidade, fora dos muros, para onde foram os cristãos-novos, expulsos da vizinha judiaria, localizada nas traseiras da igreja de Santiago Maior. É, porém, apenas uma teoria, não havendo provas escritas – que nós saibamos – que a comprovem.

Este poço foi tapado depois de alguém nele morrer afogado. “Tinha um bocal de regular abertura, de forma pequeno quadrilongo, estava constantemente destapado sem resguardo nem tampa alguma nem mesmo durante a noite”. O padre Mira acredita que terá sido tapado depois de 1824.

Era um poço concelhio, localizado no pequeno triângulo da Rua Ancha perto da actual sede do Partido Comunista e antiga casa senhorial, junto à parede onde se situa um dos Passos da Via Sacra. Foi tapado e entulhado em 1843 quando da visita da Rainha D. Maria II a Beja, pois o percurso por onde seguia (vindo da R. da Capelinha para o Salvador) obrigava o cortejo a passar por ali. Diz o P. Mira que os moradores não reclamaram. O mesmo autor não encontrou informações sobre este poço nos Livros da Câmara. Durante os anos anteriores ao manuscrito, afirma ele que a rua sofreu várias alterações: foi aligeirado o declive, foi calçetada e o vão enchido com “pedregulhos”, o que “não consentirá que em pouco tempo haja de abater”. O poço terá ficado mais de dois palmos abaixo do nível da rua.

Poço da Rua Ancha

Segundo o P. Mira, este poço [FIG. 8], do qual não encontrou referências nos livros da Câmara, situava-se no meio do comprimento da Rua do Esquível, perto da Travessa da Gata ou Travessa do Esquível, que ia para a Igreja do Salvador. Segundo o mesmo: “O poço era de água doce, mas de pequena nascente” e tinha aquele nome por ficar perto da casa onde moravam as “Correias” no fim do séc. XVIII e inícios do XIX e onde, ao tempo do padre Mira, morava a família Pinheiro³⁷. Dizia o P. Mira que esta família teria outro poço na sua propriedade, sendo que um não exauria o outro, assim mostrando que eram de veios de água diferentes. Era um poço público, dos últimos a serem inutilizados, por volta de 1860. Neste lugar ficou, na primeira metade do séc. XX um marco fontanário.

Poço das Correias



FIG. 8
Marco Fontanário construído no lugar do “poço novo das Correias”. Por aqui se vê como a existência de poços urbanos deixava uma marca no desenho das ruas: um espaço, maior que o necessário para a passagem e insuficiente para a construção de uma casa. Neste local encontra-se hoje em dia uma boca-de-incêndio. AM, A312.

Poço do Ouro ou de S. Gregório

Ficava localizado na confluência da travessa de S. Gregório com a Rua de S. Gregório e o seu nome mais antigo era o de Poço do Ouro. “Era de pequena nascente e quase se inutilizou por si próprio”³⁸. Terá sido tapado quando a rua foi calçetada, por volta de 1840. A menção mais antiga é de 1509, quando o Tombo da Gafaria³⁹ refere o aforamento de umas casas “acima do Poço do Ouro”. Haveria ainda uma outra menção nas actas de vereação de 1683. O poço era de bocal redondo de alvenaria e terá servido a antiga Judiaria, que se estenderia pelas traseiras da Igreja de Santiago Maior até à Porta de Avis.

Poço do Ulmo

De bocal redondo e todo de alvenaria, situava-se na Rua do Ulmo, que desce do largo dos Duques de Beja para a antiga Rua da Capelinha⁴⁰ e no encontro das duas ruas. De “pequena nascente” foi inutilizado em 1843. Leu o P. Mira nos livros de vereações uma referência ao Poço da Rua de João Gomes⁴¹ em 1658, presumindo que se trata deste poço e deduzindo daí a sua antiguidade.

Poço da Figueira

Ficava situado junto à Porta de Avis e na antiga Judiaria, segundo o Tombo dos bens da Gafaria⁴². Confrontaria ele com as ruas da Guia, do Forno e do Sarilho⁴³. A Câmara teria aforado aí um chão, para Manuel Vieira construir uma casa. A existência deste poço é confirmada por Fr. Francisco de Oliveira, que o conta entre os 6 poços ao serviço da cidade, já no séc. XVI⁴⁴.

Situava-se entre o edifício dos Correios e o actual mercado municipal. Junto à cerca do convento de S. Francisco, segundo Fr. Francisco de Oliveira. De acordo com o P. Mira: “está aberto no Rossio em frente da estrada do Tanque dos Cavalos ou estrada de Serpa. Entre este poço e esta estrada corre a estrada da circunvalação que por esta parte conduz à estação do caminho-de-ferro”⁴⁵.

Já referido como existindo no séc. XVI, o tombo dos bens do Concelho de 1645 refere que ele se situava entre a cerca de S. Francisco e o caminho de Serpa e Tanque dos Cavalos.⁴⁶

Poço de água salobra, servia para dar de beber aos animais. O P. Mira não sabia por que motivo lhe chamavam Poço Pequeno, uma vez que era de tamanho regular. Descreve-o como um poço de bocal redondo, guarnecido de pedra, “sendo o mais de alvenaria”. Estando destapado dia e noite, nele já tinham sucedido algumas “desgraças”. Não sabemos se a foto que hoje em dia se diz ser do Poço Pequeno o é realmente.



FIG. 9
O Poço Pequeno, localizado hoje em terreno particular, entre o edifício dos Correios e o do Mercado Municipal, sensivelmente em frente ao início da R. Prof. Bento de Jesus Caraça, antiga estrada da Salvada. AM, NB314.

Poço Pequeno

Poços concelhios em pátios de casas particulares

Segundo o P. Mira, haveria dois no terreiro de Santa Maria, um na casa “do Machado” e outro na do “Dr. Nobre”. Não estavam abertos ao público⁴⁷.

Fr. Francisco de Oliveira, quando listou os poços ao serviço da cidade, refere outros “que depois se meteram em pátios e casas particulares como são: 1 Romão da Costa; 2 fundo da rua de Aljustrel; 3 D. Filipa; 4 Vigário Geral.”⁴⁸ Sobre o primeiro e o terceiro não temos mais qualquer informação. Sobre o segundo, o mesmo autor diz noutra altura o seguinte: “Continuou [D. Afonso III] a fábrica dos muros encobrendo com eles a vista da porta principal da igreja de Santo Estêvão, o que também fez no fundo da rua de Aljustrel (que naquele tempo saía muito fora da cidade) tendo no meio um profundo poço que ainda existe no meio de uma casa”⁴⁹.

Finalmente, sobre o poço do Vigário-geral, pensamos que deve tratar-se do poço que ficaria dentro de uma casa da Rua do Esquível, a que o P. Mira alude quando fala do “Poço das Correias”. Senão vejamos: A Rua do Esquível deve o seu nome a Miguel Jácome Esquível que, entre outros cargos ou funções, exerceu o de Vigário-Geral. Este poço estaria então dentro do quintal da casa, que pertenceu às “Correias” e depois, ao tempo do P. Mira, à família Pinheiro. O poço da rua, que confronta com a travessa que leva ao largo do Salvador, chamado pelo P. Mira como o Poço “das Correias” seria aquele que Fr. Francisco de Oliveira designa como o “poço novo da rua do Esquível”⁵⁰.

Assim, o poço “velho” seria o do Vigário-Geral, Miguel Esquível dentro daquelas que poderão ter sido as suas casas.

Fonte Santa

“A Fonte Santa, assim chamada vulgarmente, fica fora dos valados das Alcaçarias, na freguesia do Salvador, subúrbios desta cidade para o lado do nascente e no declive rápido que vai hoje à estrada ou via-férrea que passa em baixo a pequenina distância e dantes à estrada do Rabelo, pequena horta e lagar que fica para diante e que está destruída” – assim localizava o P. Mira a Fonte Santa em 1874⁵¹ [FIG. 10].

Descreve-a ainda como um tanque quadrado de onde corre água, vinda das “pedras escorregadias”, de um “delgado canudo de ferro”, por vezes com muito pouca água. Seria a fonte usada pelos moradores do Pé da Cruz, sendo as Pedras Escorregadias a denominação do local um pouco mais acima na encosta. Teria, no séc. XIX, azulejos com Nossa Senhora da Piedade, com Cristo morto no colo. Alvitra o P. Mira que talvez lhe chamassem “Fonte da Santa”, nome depois corrompido para “Fonte Santa”.

A primeira referência encontra-se nos livros de vereação de 1613, quando a Câmara mandou fazer reparos no tanque e no encanamento. Na década de 1860, com

a construção, ali bem perto e um pouco abaixo, da via-férrea, a empresa teria mandado arranjar a fonte e o caminho. Já no séc. XX, com a construção da linha do Algarve, a Fonte Santa ficou “entalada” entre as duas linhas, perdendo o contacto com a Travessa da Fonte Santa, que dela tinha o nome. Esta rua não tem agora saída e a Fonte fica do outro lado.

Hoje em dia, a fonte já não possui os azulejos a que se referiu o P. Mira. Junto a ela foi construída uma casa particular, aproveitando o espaço entre as duas linhas. A fonte constitui um anexo à casa e dela se servem apenas os moradores da mesma. É um local fresco, onde crescem avencas, mas encontra-se completamente descaracterizado.



FIG. 10
A Fonte Santa, hoje quase inacessível, no quintal de uma casa particular.
Foto de Miguel Barriga.

3. Nas entradas de Beja — caminhos, poços, fontes e hortas

Depois de vermos a existência passada dos poços urbanos, dos quais quase nada resta, é altura de falar nos poços das entradas e arrabaldes da cidade. Estes eram estruturas um pouco mais complexas. Continham o poço em si, e, na maior parte das vezes, um chafariz onde se dava de beber aos animais e um tanque onde se poderia, eventualmente, mais tarde, lavar roupa. Como já vimos, as posturas municipais proibiam a lavagem da roupa na água supostamente própria para o consumo. Mais tarde foram construídos tanques específicos para esse efeito, que usavam água que já não tinha possibilidade de servir para o consumo [FIG. 11].

Ao lado do poço do arrabalde estava também geralmente a horta, que bebia da água do poço e que abastecia a cidade. As hortas à volta de Beja não tinham outra localização que não aquela junto dos poços, fontes e chafarizes. O hortelão, responsável pela horta, exercia um cargo de importância e tinha outros que para ele trabalhavam. O hortelão era também muitas vezes responsável pelo abastecimento do chafariz do concelho, tarefa cumprida a contragosto e sempre ameaçada de multas por incumprimento por parte da edilidade, como já vimos.

Para o abastecimento da cidade nos arrabaldes temos, em menor número, as fontes: a Suratesta, Santa Clara e o Tanque dos Cavalos que não têm poços, mas nascentes de água.

Os chafarizes, como “monumentos civis”, como já antes referimos, parecem obedecer a modelos decorativos destinados a evidenciar a sua natureza nacional e pública. As

obras feitas quase em simultâneo ainda nos últimos anos da presença filipina parecem demonstrá-lo, pela similaridade proposta para as obras realizadas nestes equipamentos. É em 1639 que a Câmara Municipal lança em pregão uma série de obras nos chafarizes e poços que estavam a necessitar de obras.⁵²

O referido modelo, como especificaremos para cada caso, consistia em terem os chafarizes uma parede atrás, com ameias, as armas reais e a cabeça de touro, símbolo do concelho. Tinha tudo isto o chafariz do poço de Aljustrel, demolido no séc. XVIII, o chafariz de Santa Clara, o chafariz do Cano (excepto as ameias, que pode ter tido antes da construção do lavadouro que lhe fica nas costas)

FIG. 11
Tanque de lavagem de roupa construído em 1924, na mesma altura da antiga fábrica de moagem.

Foto de Miguel Barriga.



e o chafariz do Pelame, reformado, como veremos, à semelhança do de Aljustrel. Num dos casos conhecidos – o chafariz de Santa Clara, é pela boca da cabeça de touro que jorra a água.

Estas estruturas dos arrabaldes distinguem-se das fontes e poços “rurais” porque estes últimos se localizam a mais de um quilómetro da cidade e não se destinam aos habitantes desta nem aos que chegavam de viagem, mas aos que viviam nos montes e aglomerados de casas mais próximos.

O Chafariz de Santa Clara ficava situado junto à horta e Convento com o mesmo nome. A cerca do convento é hoje o cemitério municipal. O chafariz tinha, nas costas, a sua parede com ameias. Do outro lado da parede ficava a horta. Hoje, o local imediatamente anterior encontra-se ocupado por uma vidraria e outros anexos, passando o chafariz completamente despercebido.

Segundo Fr. Francisco de Oliveira, o Chafariz de Santa Clara já se encontraria tombado com os restantes bens do Concelho no tempo de D. Manuel, ou seja, no início do séc. XVI⁵³. Em tempo incerto, afirma o padre Mira, a horta de Santa Clara passou a receber directamente a água vinda da arca d’água com a condição de o hortelão manter o chafariz sempre cheio.

Para a obra realizada em 1639 previa-se ter: “tudo tapado e abutimado (betumado?) de modo que fiquem vedados e tenham água sem se ir e alimpados”.⁵⁴ A obra foi dada ao pedreiro Manuel Lourenço, morador na cidade. Segundo o Livro do Tombo dos bens do Concelho de 1643, o chafariz encontrava-se junto à estrada para Alfundão – hoje seria o fim da Rua de Lisboa. Já estaria, então, reparado:

“E é todo de pedraria e da parte de cima da horta tem uma parede de pedra e cal com uma ameias e no meio delas estão abertas em pedra as armas reais e por baixo delas uma cabeça de touro que são as armas da cidade, por onde corre a água para o dito chafariz.”⁵⁵

Teria como medidas “18 varas e de largo duas varas menos um palmo”, segundo a mesma fonte. A água vinha para ele de uma arca d’água que foi encontrada ainda no séc. XIX, debaixo da estrada. A água, supunham, viria de uma nascente da parte oposta da estrada. Túlio Espanca afirma que o chafariz foi edificado nos princípios do séc. XVI e que mediria nos nossos dias 15 m.:

“() chegou ao nosso tempo muito descaracterizado, principalmente pelos trabalhos municipais terminados no dia 18 de Julho de 1878, de tanque bastante diminuído em

Chafariz de Santa Clara



FIG. 12

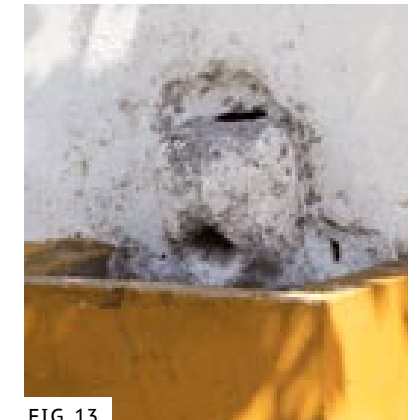


FIG. 13



FIG. 14

FIG. 12, 13 e 14
O Chafariz de Santa Clara, em cuja parte de trás existia a horta com o mesmo nome e que deve o seu nome ao Convento de Santa Clara, que se situava nos terrenos do actual cemitério. A pedra por onde corre a água é uma, já deformada, cabeça de touro.

Fotos de Miguel Barriga.

altura, pelo nivelamento da via pública. É constituído em pedra do sítio, com rebordo boleado. Quinhentista é a caixa-depósito, de pedraria aparelhada, com cortina de 18 ameias piramidais, de alvenaria, faltando-lhe o escudo de armas do reino e a lápide de caracteres góticos (muito sumida pela acção do tempo), que se recolheram ao Museu arqueológico da cidade. Neste último período da reparação se colocou, sobre o tanque, um obelisco decorativo, também de calcário de Trigaches.”⁵⁶

Do escudo dizia Fr. Francisco de Oliveira em meados do séc. XVIII: “com armas dentro das quais se acha um letreiro tão consumido que se não percebe”⁵⁷. A pedra por onde corre a água e que teria, em tempos, a forma de uma cabeça de touro encontra-se, também, muito sumida [FIG. 13].

De todos os poços de Beja, era o de Aljustrel o mais afamado, tanto pela quantidade de água que sempre teria como pela qualidade da mesma. Dele disse o P. Pedro Pires Nolasco Serrano em 1732:

“Para a parte do poente distante dos muros desta cidade e dentro desta freguesia dois tiros de mosquete, está sito o celebrado poço chamado de Aljustrel de preciosa e cristalina água e tão copioso dela que muitos anos pela dita feira somente este dá água à maior parte da gente, a gado que concorre a ela, que é inumerável o concurso, sem que se experimente falta, ainda que alguns anos pelo Natal se tem achado falto dela, que descem a colhê-la com uma tijela no fundo e dura esta falta quando muito dois ou três dias, e quando assim acontece se tem observado que a colheita futura é abundantíssima, porque estas terras antes do Natal querem pouca água.”⁵⁸

Alguns anos mais tarde, o seu sobrinho, também pároco de S. João Baptista, P. António Pires Nolasco Serrano, na resposta ao inquérito de 1755⁵⁹ afirma o seguinte, relativamente à vigésima terceira pergunta:

“Ao vigésimo terceiro respondo que dentro da freguesia não há fonte corredia e só se serve do poço de Aljustrel, que fica perto da cidade e dentro da freguesia e este é tão abundante de água que dele se serve a maior parte da cidade e é tão pura a água que extraída do poço se conserva muitos meses sem a menor corrupção e tão cristalina que deixa a perder de vista as mais risonhas fontes.”⁶⁰

Encontram-se referências a este poço já em 1509, no Tombo do Hospital da Piedade⁶¹, na localização de um ferregial situado à calçada⁶². No livro de vereações da Câmara de

Poço de Aljustrel



FIG. 15 O Poço de Aljustrel, no seu estado actual. Foto de Miguel Barriga.

1589 encontra-se uma referência de 8 de Julho, quando foram proibidos os açacais (vendedores de água) de lá irem por ter o poço falta de água⁶³. Também Fr. Francisco de Oliveira o encontra no tomo dos bens do Concelho do séc. XVI.

O P. Mira refere que haveria, à distância de “um tiro de fuzil” deste poço, para fora, uma horta com chafariz: “A horta e o chafariz ficavam do lado direito, quando vamos estrada abaixo e no sítio onde ainda hoje se diz fora em tempos mais próximos a saboaria ou horta do sabão e fica pouco mais ou menos a um tiro de fuzil antes do poço.”⁶⁴

O chafariz junto à estrada do Poço de Aljustrel terá sido demolido em 1738. Segundo Fr. Francisco de Oliveira, as suas pedras teriam sido usadas na construção da igreja do Carmo, que nessa altura se erigia.⁶⁵ Já na segunda metade do séc. XIX o proprietário, António Eduardo Baptista Freire teria mandado demolir os restantes vestígios para melhorar o seu ferregial. Acreditamos que horta e chafariz se localizassem algures na parte de cima do actual Bairro da Força Aérea.

Em 1639, quando a Câmara manda limpar os poços, o de Aljustrel está entre eles⁶⁶. Segundo o tomo dos bens do concelho de 1643, o chafariz era “todo de pedraria e pela parte da horta tem uma parede de pedra e cal com suas ameias no meio dela, abertas em pedra as armas reais e uma cabeça de touro que são as da cidade. Tem de comprimento medido pela pedraria dezasseis varas, menos um palmo e de largo vara e meia.” Sobre o poço em si, diz o referido Tombo, encontrava-se entre a estrada que ia para Aljustrel e a que ia para o Algarve⁶⁷ e que tinha o bocal de pedraria “com suas lajes à volta”.⁶⁸ Segundo as actas de vereação de 1639, já referidas, o modelo do chafariz de Aljustrel, com sua parede, armas e cabeça de touro, deveria servir de modelo ao chafariz do Pelame, cuja remodelação se deveria iniciar nessa altura.

O P. Mira diz ainda que era ao hortelão da horta que cabia ter o chafariz sempre cheio de água para consumo das cavalgaduras e que, sendo a obrigação pesada, talvez por isso a horta tivesse sido progressivamente abandonada, o que ele crê que tenha acontecido ainda antes da demolição do chafariz.

Em 1738 há um acórdão camarário proibindo que deste poço se tire água para dar de beber às cavalgaduras, porque isso prejudicava o abastecimento das pessoas.⁶⁹

Em 1872 a Câmara mandou colocar uma bomba no poço e fechá-lo por motivos de saneamento. A medida não terá agradado aos aguadeiros ou açacais, que não conseguiam desta forma recolher água com a rapidez que desejavam. Para mostrar o seu descontentamento, tentaram causar estragos no poço, queimaram a casa de madeira da bomba e chegaram até a jogar petróleo dentro do poço, impedindo o seu uso até ter sido limpo. Daqui terá resultado, segundo o P. Mira, a detenção de um suspeito. Porque “a rotina custa a destruir”, nas palavras do mesmo autor.

Poço Largo ou do Vale de Mértola

Discreto, este é o poço que se encontra ao fundo da Rua Cidade de Díli, dentro de uma casa, não sendo assim visível desde a rua. Informa o P. Mira⁷⁰ que se encontrava à direita da estrada que antigamente ia para Mértola. Perto dele teria D. Sancho vencido os Mouros. Trata-se um poço concelhio, que já é referido em 1509, com o nome de Poço de Mértola.⁷¹ Em 1639 é mandado reparar, por estar arruinado.⁷² O Tombo dos bens do Concelho de 1643 refere que o poço tinha uma pia pequena em que o gado bebia.⁷³

Temos que ter em atenção que a estrada de Mértola não corria ao longo da muralha, como hoje se pensa correntemente, uma vez que essa artéria central ficou conhecida com rua das Portas de Mértola, mas ia na direcção dos Correios, e por aí deveria bifurcar: a estrada de Serpa ia a direito para o Tanque dos Cavalos e a de Mértola passava neste poço, seguindo por um caminho que ainda existe mas que perdeu o uso no séc. XX por ter sido cortado pela linha de caminho-de-ferro. Passaria, possivelmente, junto ao muro lateral das piscinas municipais, num terreno onde, há algumas décadas, se realizavam as feiras e mercados. A progressiva “privatização” do caminho tem levado à destruição daquela que poderia ainda ser uma calçada romana preservada [FIG. 16].

O poço manteve-se em uso. No início do séc. XX servia para abastecer alguns dos equipamentos municipais que se situavam mais perto, como o matadouro e a rega do jardim. Em 1936, fizeram-lhe obras, substituindo as antigas tubagens. No final do séc. XX situavam-se junto a ele algumas casas clandestinas, entretanto demolidas.



FIG. 16
O Poço Largo existe hoje em dia dentro desta pequena casa. Dele se abastecem ainda os bombeiros.

Foto de Miguel Barriga.



FIG. 17 Em primeiro plano, o antigo matadouro. Ao fundo vemos os muros da propriedade onde hoje se encontra a Piscina Municipal e o Pavilhão Desportivo. Do lado direito, a Rua Afonso de Albuquerque, sendo a última casa o Colégio de Nossa Senhora da Conceição. Se seguíssemos junto ao muro iríamos ter ao Poço Largo e à antiga estrada de Mértola, cujo percurso se vê pelas árvores que lhe estão próximas. AM, A5111.

Este poço ficava situado perto do Bairro com o mesmo nome na estrada que, antes da via-férrea o ligava directamente à cidade e à Porta Nova (junto ao actual quartel da GNR) e que é hoje a rua Sebastião Jesus da Palma. Só o facto de ser uma ligação muito concorrida a um subúrbio de grande antiguidade justificava o percurso desta rua, na diagonal relativamente às que a rodeiam.

O Pelame ou Pelome (designação muito usada em documentos mais antigos) devia o seu nome a uma fábrica de curtumes de grande antiguidade que ali existia, não por coincidência, na vertente mais sombria (e por isso mais pobre) da cidade e a pouca distância da antiga Mouraria que, fora das muralhas, se estendia pelas Alcaçarias.

Poço do Pelame



FIG. 18 Lavadouro de roupa do Pelame, em 1944. AM, B343.

A referência mais antiga que se conhece ao chafariz é 1501 e refere-se ao roubo de uma peça de couro, nos pelames, junto ao Chafariz⁷⁴. Noutro documento, de 1504, o rei D. Manuel I autoriza Nuno Velho a construir, aos Pelames, um lagar de azeite, aproveitando a água que vai para o chafariz onde bebem as bestas, por um cano.⁷⁵

O P. Mira dá como referência mais antiga ao Poço a do ano de 1601, no entanto Fr. Francisco de Oliveira já o refere como constante no Tombo dos bens do Concelho de D. Manuel. Em 1614 a Câmara estabelece uma multa para quem levasse peles para o Pelame e, na viagem de regresso, carregasse água de beber. Em 1639, quando a Câmara mandar fazer reparos em vários chafarizes e poços municipais, as obras a fazer aqui são descritas da seguinte forma: “e por cima da pia do Pelame fazer uma parede de pedra e cal e no meio dela uma pedra lavrada com as Armas e assim a dita pedra como parede, tudo na conformidade em que está no chafariz do poço de Aljustrel, assim na altura como no mais”⁷⁶.

O Tombo dos bens do Concelho de 1643 afirma que o tanque, por baixo do poço, tinha nove varas de comprimento e duas e meia de largo.⁷⁷ Em 1654 a Câmara delibera aplicar uma multa a quem, com os mesmos caldeirões, tirasse água para beber do poço do Pelame e do poço dos curtimentos. Eram medidas de âmbito sanitário certamente necessárias.

No séc. XIX, quando o P. Inácio de Mira escreveu sobre este poço, a fábrica de curtumes já havia desaparecido, sendo substituída por um armazém de vinhos “e hoje tem um moinho a vapor para moer cereais”⁷⁸. Mais tarde terá existido uma fábrica de lanifícios, ficando o nome, para a Rua do Dr. Jaime Palma Mira, de rua do Poço da Lã, depois corrompida para rua da Poça da Lã. Poderia esta corrupção ser uma alusão jocosa ao mau estado das vias para chegar ao Pelame?

Tal como noutros casos, existe o poço, a fonte, o chafariz, e a horta que aproveitava as águas sobejantes, a pequena distância uns dos outros. Segundo o P. Mira, vinham de nascentes diferentes as águas para o poço, chafariz e fonte. A água seria de boa qualidade.

Junto da referida via-férrea ficava o poço, do outro lado a horta e, mais abaixo na mesma estrada, o chafariz, perto do qual haveria um lavadouro de roupas. Descreve assim o chafariz:

“Este chafariz consta de um tanque pequeno a que se chama pia, da largura do espaldar, parede onde está o cano ou bica e de um chafariz ou tanque grande onde geralmente bebem as cavalgadas. A água cai naquele pequeno tanque donde corre para o chafariz e deste para o lavadouro. No espaldar por cima da bica estão gravadas em pedra as armas do Concelho. É a cabeça de boi com armas inteiras no centro das quais está posto o escudo das cinco chagas. Tem também gravada a era de 1639, correspondente como se vê do que vem dito ao tempo em que a Câmara mandou consertar o chafariz fazendo-o recaldear com betume para que a água não pudesse evadir-se, sumindo-se.”⁷⁹.

Durante o séc. XX diversas obras foram feitas, entre elas, o poço foi tapado, foram postas bombas para extracção de água e o lavadouro de roupa foi também melhorado [FIG. 17 e 18]. Do Pelame seguia o caminho da Carreira dos Seguros, vendo-se sempre nessa direcção diversos poços e noras, até ao Monte da Borges, hoje em ruínas.

E onde estarão hoje os símbolos do Estado e a cabeça de Touro do Concelho que daqui foram retirados?



FIG. 19
Poço e casa do motor da bomba de abastecimento ao Tanque do Pelame. Anos 40. AM, B323.

Chafariz do Cano

FIG. 20
Chafariz do Cano. Na parede vêem-se ainda as armas reais e a cabeça de touro, símbolos do poder real e do poder municipal.

Foto de Miguel Barriga.

É este o chafariz que se encontra na Rua da Lavoura, junto a um dos poucos tanques de lavagem de roupa que resta na cidade, este de 1924, construído na altura da implantação da fábrica que ficava atrás do muro. Segundo o P. Mira, a água era salobra e dela bebiam as cavalgadas. A água que dali corria enchia um tanque que lhe ficava nas costas e, daí, passava para a Horta do Cano, que lhe ficava por trás. A referência mais antiga, segundo este autor é de 1515⁸⁰ embora ele acreditasse que ele seria muito mais antigo. Em 1589 uma postura da Câmara proibia que ali se fosse buscar água enquanto estivessem os lagares a funcionar⁸¹.

O Chafariz é referido por Fr. Francisco de Oliveira e também consta do Tombo dos bens do Concelho de 1643.



Continua o P. Mira dizendo que “A água, que vem encanada e que cai por uma bica no chafariz onde bebem as cavalgadas parece vir dos lados da cidade, talvez do declive intermédio. Em sítio algum há sinal ou indício de mãe de água, nem que direcção traga o encanamento”. Se a ideia de que a água do poço dos Banhos ou chafariz da praça vinha para o chafariz do Cano era corrente na cidade em tempos anteriores, o P. Mira, pragmático, não compreendia como é que isso seria possível. Considerava ele que era certo que o chafariz do Cano e do da Praça haviam funcionado muito tempo em simultâneo. Assim sendo, como poderia o poço abastecer dois chafarizes? Por outro lado, quando se desmantelou o chafariz da praça, seria possível encanar a água do Poço dos Banhos para que fosse parar ao chafariz do Cano? Mas de tal encanamento não havia vestígios encontrados... O único ponto a favor da teoria seria a fundura do poço, avaliada em 57 varas, a julgar pelo conserto à corrente para tirar água, que tinha que ter 114 varas de comprimento⁸².

Diz ainda:

“É certo que se dá notícia de um canamento de água vindo da parte da cidade, como parece, na rua da Senhora da Guia, perto da Porta de Avis, numa casa que habita e é própria de João Afonso, aguadeiro. Os reparos feitos há anos no chão ou pavimento desta casa deram ocasião de encontrar-se este encanamento naquele sítio. Mas notou-se também logo que corria horizontalmente em direcção para a parte direita, entrando nós, o que também leva a presumir que ainda que a água que ali se viu fosse procedente do poço dos Banhos, não demonstrava seguir para o chafariz do Cano, ficando ali por algures retida, visto não se lhe encontrar saída em alguma parte da muralha.”

Diz que ali perto ficava um pequeno largo ou terreiro chamado da Figueira, onde em tempos existiu um poço, o poço da Figueira. Alvitra se o cano em causa não seria com água deste poço, visto que o sítio fica por detrás das casas de João Afonso “em oblíquo para a parte direita”⁸³. O certo é que a denominação do Poço indica claramente um Cano, cuja função mais previsível seria a de trazer a água. Poderia, pelo contrário, dever-se o nome a um cano de escoamento de águas que passasse ali perto?

Encontra-se este chafariz junto à quinta do mesmo nome, na saída de Beja em direcção a Évora. Deriva o nome de Soeiro Testa que viveu no séc. XVII. A origem do chafariz é antiga e não alheia ao facto de estar localizada numa antiga *villa* romana. A área é hoje monumento nacional.

Chafariz da Suratesta



FIG. 21
Tanque de lavagem de roupa e bebedouro de animais junto à quinta da Suratesta, em 1941. AM, B342.

Já é mencionada por Fr. Francisco de Oliveira, que cita o Tombo dos bens do Concelho mandado fazer por D. Manuel I. Segundo o P. Mira⁸⁴, já há notícia do chafariz e fonte em 1591 quando uma postura da Câmara proíbe que aí se façam lavagens e se joguem “imundícies”, punindo este comportamento com prisão e coima⁸⁵. Há também informação de reparações que lhe foram feitas em 1624, por estar muito danificado⁸⁶. O mesmo autor confessa não saber de onde vem a água: ...”diz-se que nasce da altura que fica nos ferragiais ao lado das hortas do Calvário e dos Frades, do lado da cidade. Vem encanada desde distância que não pudemos marcar.”⁸⁷

O Tombo dos bens do Concelho de 1643 também a refere, dizendo que se situa junto à estrada que vai para a Cuba. O chafariz recebia água vinda de uma pia de pedra e media de comprimento pela pedraria doze varas e de largura duas varas e dois palmos. Estaria junto à horta de Jorge Raposo.

Em 1869-70, a Câmara mandou fazer o grande tanque para lavagem de roupas, com pedras vindas do chafariz da Praça [FIG. 21].

Embora céptico, o P. Mira refere que “há por aquele sítio edifícios enterrados”. E ainda que “Foi nesta quinta, quando possuía pelos Veigas desta cidade, que seu dono descobriu antiguidades e fazendo escavações, mais encontrou ainda e a que o Bispo do Cenáculo animava a prosseguir mas que pela sua ambição se absteve de continuar, porque aquele bispo parece que pretendia apropriar-se de todas as preciosidades que em grande porção se iam encontrando.”⁸⁸

Hoje todo o espaço foi alterado, desaparecendo o tanque de lavagem de roupas e ficando apenas um mais baixo que ainda serve de bebedouro a animais.

O Tanque dos Cavalos

O Tanque dos Cavalos – assim vulgarmente conhecido na cidade – fica situado ao fundo de uma linha recta constituída pela R. Prof. Bento de Jesus Caraça – a antiga estrada da Salvada, que nos séculos anteriores começava onde terminava a cidade, junto à cerca do convento de S. Francisco, no extremo onde hoje se situa o Mercado Municipal. Essa linha recta viável foi interrompida pela linha de caminho-de-ferro, que obrigou ao desvio da estrada para a ponte, mais à direita de quem sai da cidade. O tanque fica situado no ponto em que a antiga estrada bifurcava: em frente continuava para a Salvada, para a esquerda seguia para Serpa, por Quintos. Era um verdadeiro ponto de (re)abastecimento para quem, por esta via, entrava ou saía da cidade.

Já há referências a este tanque no Tombo dos bens do Concelho do séc. XVI, já referido. Em 1591 a Câmara punia com cadeia e multa quem lavasse nos chafarizes.

No Tombo dos bens do Concelho de 1645 diz-se que ele se situa entre a horta da Abóbada (de Francisco da Costa Alcoforado) e as hortas do Tanque dos Cavalos. Teria quinze varas de comprido e duas de largo, “o qual recebe água de uma pia e esta a recebe de um cano que se estende por terra do Concelho até chegar a uma arca que esta água tem que se chama da Fonte Santa e aonde vem dar água que corre pelo dito cano que se continua, segundo se tem vulgarmente por baixo da terra dos farregiais que ficam para a parte do poente e esta arca fica distante do chafariz medindo-se pelo cano que aparece cinquenta e seis varas. Logo junto a este chafariz que é todo de pedraria se segue um tanque que se chama dos cavalos o qual recebe a água do mesmo chafariz e é cercado de parede de pedra e cal que terá quinze varas de comprido e doze de largo e deste tanque corre a água para as hortas e dentro nele está um recebimento que em primeiro lugar recebe a água em que lavam as mulheres a roupa e este segundo tanque tem doze varas de comprido e dez e meia de largo, o que tudo está em rossio do concelho.”⁸⁹

Em mais nenhuma fonte é referida esta indicação de se chamar Fonte Santa a arca de onde corre a água para o Tanque dos Cavalos. Seria também deste cano que correria a água da fonte conhecida como Fonte Santa?

A sua água provinha, não de um poço, mas de uma nascente, que se situaria para o lado da cidade. A Câmara mandou fazer, no biénio 1867-68 um lavadouro de roupa, aproveitando as águas dos tanques. O P. Mira descrevia o tanque desta forma:

“O Tanque dos Cavalos (...) fica à direita da estrada que conduz a Serpa e à esquerda da estrada da Salvada. Antes de lá chegarmos fica-nos à direita a horta hoje chamada quinta da Abóbada, cujas terras muradas vão entestar pela parte de baixo com um vale, terreno do município, no qual está a arca d’água donde vai ao chafariz. É um nascente poderoso, que não se tem ressentido da falta de água, ainda nos anos secos.



FIG. 22
O Tanque dos Cavalos, no seu estado actual. Atrás da parede que se vê ao fundo encontra-se o tanque de lavar roupa.
Foto de Carlos Páscoa.

O chafariz é espaçoso para beberem as cavalgadas. Uma pequena pia ou bacia onde vaza o encanado d’águas lança as águas no chafariz donde, quando cheio, (e sempre se conserva cheio) cai para um depósito grande, quadrado, onde as cavalgadas recebem banho.”⁹⁰ O tanque, na parte mais funda, seria mais alto que um homem.

Desde sempre ligada a este tanque surge a tradição da “cavalgada da manhã do Baptista”, da qual temos inúmeras descrições, havendo, inclusivamente, uma publicação sobre o assunto, também ela tomando como base o manuscrito do P. Mira⁹¹. A cavalgada, de tempos imemoriais, consistia na ida do Senado da Câmara, na manhã de São João Baptista, com festa e aparato, ao Tanque dos Cavalos. Voltavam para a cidade e iam depois visitar o chafariz de Santa Clara, sendo depois recebidos com doces e iguarias, pelas freiras do convento de Santa Clara, do qual o chafariz tomou o nome.

O P. Mira dá uma explicação para festa de cariz bem mais interessante que as dos seus antecessores do séc. XVIII. Dizia ele que a cavalgada consistia numa “vistoria” à qualidade das águas:

“O Senado da Câmara da Cidade de Beja tinha obrigação de ir vistoriar, em cada ano, na manhã do dia de S. João Baptista, as águas do uso público. Chamava-se a isto a cavalgada da Câmara no dia de S. João, talvez porque iam todos a cavalo, precedidos da bandeira ou estandarte real. Esta vistoria ou usança limitava-se só às águas do tanque dos Cavalos, famosa nascente e depósito, que fica pouco distante da cidade

para a parte E.S.E e da Horta de Santa Clara, que também fica a pequena distância à parte N.O., não havendo tradição porque os demais poços e chafarizes do uso público não fossem em algum tempo vistoriados pela Câmara.”⁹²

A “Cavalgada” era uma tradição antiquíssima que, no séc. XVII, já estava em decadência. Por uma provisão de 12 de Junho de 1673, mandava o rei que a tradição da cavalgada da manhã do Baptista continuasse e que outras pessoas, não só nobres e vereadores, a ela assistissem. Neste tempo ou em tempo posterior, as que faltassem eram multadas. Por aqui, e pelas queixas e cartas régias se depreende que já nesta altura muitos dos que deveriam acompanhar o cortejo não o queriam fazer.

O P. Mira refere que já não assistiu a nenhuma destas festas que, tendo origem muito antiga na vistoria aos tanques e chafarizes, passou depois a ser feita pela tradição – que era o que já acontecia em 1673. Daqui se infere a grande antiguidade do costume, alvitando o P. Mira que fosse uma “tradição mourisca”⁹³, até porque o mesmo padre não encontra referências ao início desta tradição nos Livros da Câmara. Diz ainda que, se nos meados do séc. XVII se ia ao Tanque dos Cavalos, a tradição mais antiga era a de ir à Fonte do Areeiro, um pouco mais abaixo que, sendo concelhia, tinha deixado de o ser, sendo apropriada pelo proprietário da quinta com o mesmo nome, o licenciado Jerónimo de Leão. No século XVII o livro do Tombo do Concelho referiria a “Horta do Tanque”, ficando este autor sem saber se se referiam ao Areeiro ou ao Tanque dos Cavalos, se bem que já em 1654 era a horta do Tanque, um pouco abaixo do Tanque dos Cavalos, quem dava as canas verdes (que levavam os participantes na festa), em troca de toda a água que recebia do mesmo tanque. A última “cavalgada” terá sido em 1835, “sem aparato ou solenidade alguma”. De referir que foi sensivelmente a partir desta data que deixaram de ser pagos muitos tributos de âmbito senhorial, no âmbito das reformas liberalistas.

Nada aponta para que este ritual fosse uma “tradição mourisca”. Poderá, no entanto, ter a ver com os rituais purificadores e associados ao renascimento das festas mediterrânicas do Solstício de Verão. A celebração de São João Baptista, que acontecia bem perto da data do solstício teria, à semelhança do que aconteceu com outros rituais pagãos, “cristianizado” a festa do solstício, dando-lhe uma roupagem cristã. Mas as fortes tradições ligadas à água e ao sentido purificador da data, mantiveram-se. Interroga-se o P. Mira sobre o porquê de outros poços e chafarizes não serem também vistoriados neste dia. E a resposta talvez fosse que a água de poços, como água não-corrente, não tinha o mesmo simbolismo de uma fonte ou nascente, símbolos da água em movimento [FIGS. 23 e 24].



FIG. 23
Estruturas do depósito de água do Tanque dos Cavalos, dentro de uma das quintas ali existentes. AM, B325.



FIG. 24
Tanque de lavagem de roupa do Tanque dos Cavalos, em 1948. AM, B341.

Posto isto, parece-nos interessante transcrever o que dizem alguns manuscritos de autores de Beja sobre esta tradição:

Fr. Francisco de Oliveira,
no séc. XVIII:

“Tem mais esta freguesia sete hortas anexas, a que mais dista é meio quarto de légua e junto a uma delas, que dista desta cidade hum tiro de artilharia está uma singular fonte tanto pela muita quantidade de água que sempre brota, como pela qualidade, a que chamam a Fonte do Tanque e fica vizinho a estrada que desta cidade vai para a vila de Serpa e corre do poente para o nascente e logo por baixo junto a estrada tem um admirável chafariz de pedra para beberem cavalos e tanque para se banharem e com água que sobra fertiliza três hortas depois de alimentar com elas muita gente e gados.”

P. Pedro Pires Nolasco
Serrano, no séc. XVIII:

“Esta fonte parece ser a mais celebrada de todas as que brotam nas faldas desta cidade porque na manhã do grande Baptista o procurador da Câmara desta cidade armava de seda a arca da dita e sobre ela debaixo de um dossel punha uma imagem do dito santo e na mesma manhã desta cidade saía o senado da Câmara com a real bandeira com toda nobreza a cavalo e muito povo desta cidade e chegando à dita fonte se lhe distribuía muito confeitado⁹⁴ e faziam muito regozijo e festa com grandes venerações e vivas ao santo, correndo suas justas e escaramuças voltavam cada um com sua cana verde na mão, e se recolhiam, dando volta ao convento de S. Clara extramuros desta cidade com grande jubilo dando vivas ao grande Baptista.”⁹⁵

O Poço dos Frangos, também chamado por Túlio Espanca como poço dos Frangãos, certamente devido a uma transcrição mais literal, situava-se perto da actual Rua Afonso III, passando a Quinta d'El Rei e após um pequeno barranco sobre o qual há uma ponte. Diz o P. Mira que a sua água era pouco procurada, apesar de ser boa para beber. Alvitra o mesmo que tal talvez se devesse ao medo que os habitantes tinham das sanguessugas, que na água por vezes se encontravam. Diz também que a água viria de um ferregial situado no lugar do actual bairro de Nossa Senhora da Conceição e que haveria uma arca d'água junto ao valado desse ferregial. Era um poço concelhio, largo e pouco fundo, sempre destapado, feito de alvenaria com "rosca de tijolo"¹⁰³.

O Poço dos Frangos é mencionado por Fr. Francisco de Oliveira no tomo do séc. XVI. Em 1645 o Tombo dos bens do Concelho refere o Poço dos Francos exactamente com a mesma localização: "Um poço a que chamam dos Francos sito na estrada que vai desta cidade para Moura antes de chegar em a ermida de S. Pedro, um tiro de mosquete pouco mais ou menos"¹⁰⁴. Diz Túlio Espanca noutra momento que do Poço dos Francos foram retiradas pias de pedra para a construção da cadeia filipina¹⁰⁵. Estamos certamente a falar do mesmo poço cujo nome com o tempo se terá corrompido, de Francos para Frangos.

Na década de 60 do séc. XIX teria a Câmara mandado fazer um tanque para lavagem de roupas. Nem o tanque nem o poço existem hoje em dia.

Poço dos Frangos

FIG. 26
Vista parcial de Beja, do lado nascente, onde se vê o poço dos Frangos, junto às árvores, na beira da estrada. AM, PT12.



Poço do Coelho

Relativamente próximo do Poço dos Frangos ficava o Poço do Coelho, localizado a meio caminho entre a cidade e o Convento do Carmo e Tapada de S. Miguel (actual bairro da Esperança). Fr. Francisco de Oliveira refere-o, assim como o Tombo dos bens do Concelho de 1645, que o localiza da forma seguinte: "Outro poço que chamam o poço do Coelho sito na estrada que vai desta cidade saindo pela porta d'Avis para Selmes, caminho do convento do Carmo antes de chegar ao dito convento junto a umas hortas."¹⁰⁶

Este poço hoje em dia já não existe. Era um poço de boa água, que rivalizava com o de Aljustrel. O P. Mira refere que o seu volume de água estava a diminuir e que era um poço pouco fundo, de bocal "quadrilongo, de alvenaria coberta com pedra mármore."¹⁰⁷ A pedra, segundo a mesma fonte, teria vindo da desmantelada cruz da ermida de Santo André, retirada do seu lugar para passar a estrada de Lisboa, operação feita em 1863, sendo a cruz retirada na década anterior. Pelo seu pitoresco, citamos mais uma vez o P. Mira relatando os efeitos do impacto da colocação de uma bomba no mesmo poço:

"Há em Beja homens que vivem de vender água, a que chamamos aguadeiros e dantes açacal. É uma indústria que formou uma classe industrial. Não agradou a estes que se colocasse a bomba, porque impedia de tirarem água a seu modo e no seu parecer demorava-os no modo de encher e eram obrigados, viam-se na

necessidade, de mover a bomba por escala. Aquela providência ou melhoramento teve oposição por parte dos aguadeiros e pessoas que iam buscar água. Algumas avarias causaram à bomba talvez persuadidos que obrigariam a Câmara a mandá-la tirar. Nada conseguiram. A Câmara fez consertar a bomba das avarias causadas, tomou providências para que pudessem os novos prejuízos e as coisas moderaram-se e presentemente estão mais "amoldados"."¹⁰⁸ [FIG. 27]

FIG. 27
Figura típica do Aguadeiro em foto do século XIX – 1893. AM B315.



Seria um poço que ficava junto à igreja de Nossa Senhora das Neves e que servia os romeiros que frequentavam a igreja nos dias de festa. No livro de actas de vereações da Câmara Municipal de 1625, a 26 de Abril, fala-se na necessidade de arranjar o poço: “porquanto a romagem de Nossa Senhora das Neves é de muita importância e tinha um poço pegado à igreja pela banda de baixo que se costumava a beber as pessoas que vão àquela romagem, o qual está entupido, o que era em prejuízo do bem comum do cidade e da dita romagem, que é mui antiga e de muita devoção, mandaram que fosse desentupido e aberto e para dar água e se lhe pusesse um bocal que para isso se lançasse em pregão.” A 24 de Maio do mesmo ano são feitas as especificações da obra: deveria 25 palmos de altura, estando 20 já cavados e mais cinco que seria necessário rebaixar; deveria ter um bocal de quatro palmos de altura em tijolo e cal com o mesmo feitiço do poço dos Francos, com largura de seis palmos; o pedreiro deveria ainda limpar o pocinho de “João de Beja” e rebocar-lhe o bocal.

A 30 de Junho, o pedreiro Manuel Fernandes, que tinha rematado a obra, afirma que já havia escavado a profundidade de cinco palmos contratada, mas que não aparecia água. Chamado o vedor, reconheceu que se enganou e mandou que se cavassem mais 100 palmos, que o pedreiro recusou, por não fazer parte do que havia sido contratado.¹⁰⁹

Poço de Pero Mateus ou de Nossa Senhora das Neves

É referida pelo P. Mira, baseando-se no livro de Vereações de 1639, quando a Câmara a manda consertar¹¹⁰. Diz a acta, que a obra teria sido adjudicada a Pero Vaz, pedreiro, que deveria: “fazer a dita fonte desviada do ribeiro quanto pudesse ser para mais poder fugir às enxurras da água dos ribeiros dos canais que se ajuntam junto da dita fonte que a alagam e de ordinário está entulhada e que a faria de abóbada como a Fonte do Mouro que também é deste concelho e de modo a que ficasse com a largura conveniente (...) e que a boca seria de pedraria com pedra de burro (?). Correria a água da fonte por uma bica que da pedra sairá para melhor corrente e limpeza da dita fonte e nas costas dela um espigão em que se cortasse a fúria da água para que a fonte ficasse bem segura e que guarneceria a fonte muito bem por dentro e por fora.”¹¹¹

O nome desta quinta e fonte derivará de alguma antiga proprietária, de nome Mor Giralda. O nome teria sido corrompido para Mongeralda, Mangeralda ou Mangiralda. Há ainda uma referência mais antiga ao



Fonte de Mangeralda

FIG. 28
A quinta da Mangeralda, com sua fonte e tanque.
ANTT, PT-TT-EPJS-005-000014_m0001.tif.

Poço de Pero Mateus ou de Nossa Senhora das Neves

Fonte de Mouro

topónimo, referindo-se uma vinha no sítio de Mor Giralda, em documento de 1632¹¹². Seria uma fonte concelhia, junto a uma quinta particular, situada junto à via-férrea, no caminho entre a aldeia de Nossa Senhora das Neves e o local de Porto Peles.

Esta fonte do Mouro poderá ser considerada uma das mais antigas, pois já aparece tombada no tombo de D. Manuel I. Aparece uma outra referência nas actas de 1639 quando é mencionada a concelhia fonte do Mouro como sendo de abóbada, para dar exemplo para o que haveria de ser feito com a Mangeralda¹¹³. Ficava perto da antiga estrada para Selmes, que começa no bairro da Esperança, a poucos quilómetros deste, à esquerda, junto ao monte (hoje arruinado) com o mesmo nome.

A fonte sofreu obras em 1878, nos anos em que o Município reformou muitos destes equipamentos e também “melhoramentos” em 1993. Estes últimos tiraram-lhe algum encanto romântico que ainda pudesse ter e hoje em dia é um local completamente descaracterizado. As diversas mesas de piquenique são inúteis, sem árvores que proporcionem a sombra necessária.

FIG. 29
A fonte do Mouro, tal como se encontra actualmente.
Foto de Miguel Barriga.



Sobre esta fonte corre uma lenda de uma princesa moura e de um príncipe cristão, que se apaixonaram. Proibidos de se casarem, transformaram-se em fontes: ela, a fonte do Mouro e ele, a fonte da Cobra, a pouca distância, do outro lado da estrada. Dizia a lenda que, à noite, uma serpente vinha beber água à Fonte do Mouro. A fonte da Cobra poderia ser aquela a que se refere Fr. Francisco de Oliveira como sendo a fonte de Rui Martins.

Já aparece referência a ela no Tombo dos bens do Hospital da Piedade em 1509¹¹⁴. Fr. Francisco de Oliveira localiza-a no caminho da Vidigueira. O Tombo dos bens do Concelho de 1643 refere que a fonte fica junto à herdade de Estêvão da Costa e de Domingos Fernandes. Junto à fonte haveria uma horta e também um “charqueirão”, onde se costumava lavar roupa.¹¹⁵

Fonte Figueira

Referida na documentação mais antiga como Fonte da Burrinheira. No tombo dos bens do concelho de 1643 dela se diz que ficaria junto à horta do Pombal de Francisco Cardoso de Tornejo. Teria também uma horta e estaria situada junto ao valado da mesma horta, “em um baixo”. Descreve-a como tendo um bocal de pedra redondo.¹¹⁶

Fonte da Abrunheira

Poço do Água Doce: Ficava situado na horta com o mesmo nome, no meio daquilo que é hoje o parque industrial. Aqui perto passava um caminho (interrompido pela nova estrada), que depois iria passar ao Carmo Velho, hoje Bairro da Esperança, daqui seguindo na direcção de Selmes. Hoje subsistem os restos do poço e do engenho. Seria um poço particular e não é referido nos documentos mais antigos. De qualquer maneira, visto que exhibe ainda alguma monumentalidade e se encontra num local muito visível, ganharia se fosse restaurado e as estruturas de tiragem de água preservadas [FIG. 30].

Fontes e Poços particulares



FIG. 30
O que hoje resta do poço e engenho do monte do Água Doce. Foto de Miguel Barriga.



FIG. 31
É possível que fosse neste local a antiga Fonte Faleira, de propriedade particular. Foto de Miguel Barriga.

Fonte Faleira: De grande antiguidade, já consta no tombo dos bens do concelho do reinado de D. Manuel I. Fr. Francisco de Oliveira, chama-lhe “Fonte Faleira” e refere-a como sendo a mais copiosa de todas. No Tombo dos bens do Hospital da Piedade em 1509¹¹⁸ aparece uma referência a uma “Horta do Faleiro”, sensivelmente no local onde hoje se situa a Quinta da Faleira e a Fonte das Cavadas, na estrada entre o Penedo Gordo e Santa Clara do Louredo, levando-nos a supor que a fonte Faleira e a Fonte das Cavadas seriam a mesma, ou muito próximas. Era uma fonte particular. A configuração actual da fonte data de 1879 [FIG. 31].

Poço de Pai Bichinho: Já aparece referência a ele no Tombo dos bens do Hospital da Piedade em 1509¹¹⁷. Ficaria situado perto do Monte da Cabeça de Pau, a nascente da cidade.



FIG. 32 Canalização de água na R. Afonso Henriques, junto ao muro do Jardim Público, em 1949. Am B543.

O século XX

– O Abastecimento municipalizado

Parte II

No final do séc. XIX, estavam já entulhados ou destruídos quase todos os poços urbanos que abasteciam a cidade: o poço da Rua Ancha, o Poço Novo, o Poço da Figueira, o das “Correias”, etc. Depois da instauração da República, o novo governo e edilidades locais apressam-se a dar novos rumos de mudança, mas, ao mesmo tempo, a continuar as grandes rupturas já iniciadas no último quartel do século anterior.

A cidade sofre demolições massivas: desaparecem as portas da cidade (algumas com arcos romanos), há torres da muralha vendidas a particulares e são demolidos total ou parcialmente os conventos femininos. Os mesmos, apesar de extintos desde 1834, viram a sua existência prolongada por todo o séc. XIX – uma vez que só podiam ser fechados definitivamente após a morte da última religiosa.

O mote para estas profundas transformações era a ideia republicana de progresso, de uma cidade livre daquilo que consideravam ser o obscurantismo medieval, certamente recordado em cada rua estreita e cada edifício antigo em ruínas.

A ideia de “Progresso” que aqui se punha em prática e que fora durante décadas alimentada e desenvolvida pelo ideário republicano era também fortemente anti-clerical, pelo que não surpreende que os conventos em ruínas fossem demolidos, total ou parcialmente e o remanescente aproveitado para outros fins. Veja-se este excerto de uma obra de 1893, acerca do convento da Conceição de Beja: “Sem novello, ou desacompanhado de qualquer sobrevivente das antigas moradoras do mosteiro, todos se perderiam – e actualmente sem proveito algum, nem esperança de surpresa agradável



FIG. 33
Um dos primeiros
postos de transformação
elétrica junto à igreja
do Carmo, no local onde
hoje está construído
o edifício que alberga
dos serviços de Registo
e Notariado. AM, B413.

— n'aquelle labyrintho confuso, meandro, complicado de corredores, escadas, pateos, cubiculos, eirados e dormitorios, tudo cheio de hervas, tudo em ruina ou quasi, que não despertam respeito nem suggerem idéa nenhuma do pittoresco, conjuncto ingrato á vista e que está pedindo prompta demolição em nome do aformoseamento da cidade e da pureza do seu ar, que os quintalejos e desvios immundos e cheios de lixo do mosteiro devem grandemente contaminar”.¹¹⁹

E, de facto, no mesmo ano da publicação do livro, inicia-se a demolição de uma série de dependências do convento da Conceição.

Nos alvares do séc. XX vai nascendo uma nova cidade, com ruas largas e edifícios modernos, mesmo no centro histórico, de ocupação medieval ou até anterior. Os ventos de mudança falam de melhoramentos à vida urbana, como os que se iam fazendo pelo mundo dito civilizado, que incluíam luz elétrica e água canalizada, e as elites de Beja, mais uma vez e dentro do possível, não queriam ficar para trás [FIG. 33].

Como já foi dito anteriormente, a falta dos livros de actas de Vereações da Câmara Municipal para o período entre 1854 e cerca de 1930 prejudica grandemente que se acompanhe o evoluir dos acontecimentos com maior detalhe.

1. A génese da municipalização dos serviços

Em 1911, a Câmara Municipal pretende adjudicar os serviços de água a uma empresa, individuo ou companhia e estipula os serviços pretendidos através de um pequeno impresso, que nos dá informações preciosas¹²⁰. As obrigações, para a empresa contratada seriam, entre outras, as seguintes:

- > O fornecimento diário, mínimo, de 500 metros cúbicos, que deveria ir aumentando, de maneira que o valor nunca fosse inferior a 50 litros por dia e por habitante, fora o valor destinado ao uso municipal.
- > O valor de venda de água nunca poderia ser superior a 250 réis por metro cúbico, ou 5 réis cada medida de 20 litros “nos primeiros dez anos de concessão, baixando a 200 réis nos annos restantes”.
- > Deveria fornecer água gratuitamente para os seguintes fins: Extinção de incêndios; Rega dos ajardinamentos; Abastecimento de edifícios do município, como o matadouro, escolas, mercado e praça do peixe; Abastecimento dos marcos fontanários e bebedouros de animais, sendo que nestes deveria haver torneiras de pressão. Lavagem de urinóis, sentinas públicas e canos de esgoto.
- > Teria que entregar à Câmara análises bacteriológicas da água 3 vezes por ano.
- > Era ainda obrigada a criar um estabelecimento para banhos públicos, feito dentro dos “preceitos da hygiene” e onde haveria banhos de 1.^a e 2.^a classe e uma piscina de banhos comuns, onde o preço não poderia ser superior a 50 réis por pessoa. Poderiam frequentar gratuitamente estes banhos os doentes pobres (que não sofressem de doenças contagiosas) e os asilados nos edifícios de caridade.
- > No que toca à forma como a empresa iria relacionar-se com os seus clientes, estipula este regulamento que a água deveria ser fornecida por contador ou avença, “não podendo o aluguer do contador ser superior a 200 réis mensaes”.
- > A Câmara previa nesta altura que, ao fim de 30 anos, os serviços pudessem ser municipalizados, pagando nessa altura à empresa 50% da receita líquida da venda de água.

2. Os Serviços Municipalizados – Fundação, organização, evolução

Os anos passaram e, ao contrário do que se pensaria, não apareceu nenhuma empresa a candidatar-se ao fornecimento da água e da electricidade, que dava os primeiros passos. Por esse motivo, a 1 de Novembro de 1920 foi decidida a sua municipalização, tendo começado a exploração em 1 de Dezembro de 1923¹²¹. Os Serviços Municipalizados tinham a seu cargo a captação e distribuição de água e a produção e distribuição de energia elétrica. A primeira coisa a ser feita foi a encomenda de um estudo sobre a distribuição de água à cidade, ao Eng. Ernesto da Maia.

A 22 de Janeiro de 1921 reuniram na Câmara Municipal, os senhores Marcos Adriano da Silva Bentes, delegado dos prestamistas do empréstimo concedido à edilidade para a instalação dos serviços de fornecimentos de água e luz, José Joaquim de Matos e Ezequiel do Soveral Rodrigues, representantes do município e, juntos, constituíram o Conselho de Gerência dos Serviços Municipalizados¹²². A primeira decisão tomada foi a de contratar um empregado para o serviço do expediente.

Em 1924 é publicado o primeiro relatório do Conselho de Gerência¹²³. A distribuição de água aos domicílios teve início em Abril de 1924 a 7 munícipes sendo, no fim do ano, o número destes já de 30. Os primeiros munícipes a beneficiar da distribuição são identificados na tabela respectiva [FIG. 34].

Em 31 de Agosto de 1926, um dia depois de ter tomado posse a Comissão Administrativa que passou a gerir a Câmara Municipal – vinda do golpe militar, precursor do Estado Novo – reuniu o novo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Luz Elétrica, composto pelo tenente-coronel António Henriques Meneses Soares e os tenentes Joaquim Gonçalves Duarte da Silveira e António Neves Graça. Da acta fazem parte as críticas ao anterior Conselho de Gerência: por não ter inventário de material; por ter, nos bancos, quantia depositada superior à que constava dos registos; por ter os documentos mal organizados. As razões políticas subjacentes à mudança dos responsáveis pela gestão da autarquia e dos Serviços Municipalizados traduzem-se, como era de esperar, numa manifesta má vontade, de ambas as partes. Uma outra situação, paralela, aponta na mesma direção: uma das funcionárias, Maria Bárbara Anjos era, até 1926, responsável pelas contas. Com o novo Conselho de Administração é contratado um guarda-livros e assim são diminuídas as suas responsabilidades; algum tempo depois, por ter menos responsabilidades, o seu vencimento é reduzido; finalmente, em Julho de 1927, é despedida “em virtude dos frequentes e constantes enganamentos, se assim se podem classificar as faltas constantes de dinheiro na caixa que está a seu cargo.”¹²⁴

CAMARA MUNICIPAL DE BEJA
Serviços Municipalizados
AGUA AOS DOMICILIOS

Consumidores	CONSUMO MENSAL EM ESC.									TOTAL
	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setem.	Outub.	Novem.	Dezem.	
João Ciríaco Goinhas	17,62,5	22,05	31,59	45,00	55,50		47,01	45,23	34,77	320,01,5
Luis da Rocha	13,83	23,12	00,00	00,00	41,22		38,13	29,91	25,50	222,67
João Goinhas	2,04	2,82	5,85	4,08	4,44		4,50	3,51	3,99	31,33
José de Mira	7,60,5	9,12	11,46	12,54	12,60		9,39	5,30	9,12	78,50,5
Alfredo Sousa	3,51	5,22	11,40	15,09	15,00	4,23	9,39	9,33	6,42	70,50
Joaquim Golabas	19,81	9,36	19,80	30,00	9,24	12,44	12,54	6,27	6,30	110,70
Marcos Bentes	16,11	9,00	9,72	15,12			25,08	7,32	9,27	92,01
Manuel Cordeiro		19,71	11,40	12,00	12,00	12,00	13,00	7,70	10,38	100,17
José de Matos		10,50	6,72	6,48	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	69,78
Matias Silveira		12,36	9,42	20,19	22,80		22,50	19,65	15,91	180,73
Francisco Coelho Sampaio				16,56	13,00	12,60	17,70	9,84	17,40	80,91
Maria N.ª da Silva				11,22	25,35	14,82	21,00	12,67	19,12	104,08
João C. Goinhas (escritorio)				16,50	29,07	5,55	9,66	14,94	15,45	73,86
Dr. Jaime Palma Mira				2,18	11,55	7,98	9,82	8,43	8,52	47,58
José de Campos					7,05	3,42	1,50	3,06		15,03
Antonio Manuel Galvão					16,77		7,29	6,70	6,18	36,94
José Pedro Muralha					42,13	24,72	30,00	18,48	19,92	135,25
Joaquim Oliveira					18,12	10,80	16,26	11,25	12,39	68,82
José Martinho Teixeira					49,18	17,18	26,72	24,33	24,96	172,37
D. Mariana Palma									5,97	5,97
Dr. Artur Feneão									2,01	2,01
Manuel Camecho Palma									16,59	16,59
Banco Nacional Ultramarino									17,52	17,52
Manuel Barriga									1,41	1,41
Afonso José das Fontes									2,01	2,01
Miranda Pereira									13,56	13,56
Joaquim Fleza Colin									6,43	6,43
	80,80,1	152,76	170,35	274,98	412,30	156,34	234,29	262,01	322,17	2 157,28,1

FIG. 34
Mapa dos consumidores
de água canalizada em
Abril de 1924. AEM.

O novo Conselho de Administração deliberou oferecer uma consultoria nos serviços técnicos ao Sr. Carlos Roeder e contratar um guarda-livros¹²⁵. Na sessão seguinte são colocados por escrito os problemas no funcionamento dos serviços que decorriam de más práticas anteriores e as medidas tomadas para os resolver. Em muitos casos, eram decididos procedimentos administrativos mais complexos, que levariam a um maior controle das receitas e despesas.

Em Abril de 1927, para cumprir o Decreto n.º 13350 de 25/03/1927 o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados passa a designar-se como *Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados*¹²⁶.

Os procedimentos disciplinares vão sendo também intensificados, no sentido de castigar os funcionários que não seguiam as instruções dadas ou que cometiam certas faltas.

Em 1934 foi elaborado um novo *Regulamento dos Serviços Municipalizados*¹²⁷. Nele se lê que Serviços Municipalizados estavam divididos em: Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Energia Elétrica. Pertenciam ao primeiro:

- > “As captações de água no Poço de Aljustrel com as respectivas instalações de elevação;
- > As canalizações adutoras;
- > Os reservatórios da Conceição e da Misericórdia;
- > A estação de elevação do reservatório da Conceição;
- > As canalizações de distribuição, compreendendo todos os ramais até às caixas de parede;
- > Os postos de venda de água;
- > As caixas de parede;
- > As bocas de incêndio e os contadores”
- > Outras instalações feitas no futuro, como balneários ou piscinas.

Este Regulamento reflecte já a existência de Serviços Municipalizados com extensão de funcionários e volume de tarefas, que seria necessário organizar e regulamentar. Estavam já divididos entre Serviços Técnicos e Serviços Comerciais, cada um com um diretor e subordinados à Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados.

Em Fevereiro de 1931 toma posse uma nova Comissão¹²⁸, constituída pelo Dr. Sebastião José Raposo, João de Santa Maria Monteiro Seia e António Costa Marvão. Por estes anos continua um movimento de substituição de funcionários, quer do escritório, quer técnicos, sendo demitidos funcionários mais antigos e admitidos novos. Em Agosto é admitido um novo director dos serviços técnicos, o Eng. M. Vassalo e Silva¹²⁹.

Em Agosto de 1932, uma das empregadas mais antigas, Luzia Vitorino, é colocada a fazer as folgas das restantes funcionárias, “por esta Comissão ter tido conhecimento de várias irregularidades por si cometidas, entre elas o confiar a chave do marco em que se encontrava colocada, aos aguadeiros, para eles se abastecerem, sem a sua fiscalização directa”¹³⁰. No ano seguinte, em Maio, a mesma empregada e a sua colega Joana Bárbara são suspensas “por abandono do serviço”.

Em 1937 o órgão dirigente dos serviços passa novamente a designar-se como Concelho de Administração.

Em finais de 1938 a Câmara Municipal delibera que no ano seguinte já não seja cobrado o imposto de 1\$00 sobre o metro cúbico de água, que se cobrava desde 1930 (por haver dúvidas sobre a legalidade da sua cobrança), mas que, a prazo, os Serviços Municipalizados compensassem a Câmara pela verba perdida com a supressão do



FIG. 35
Antiga cadeia, em
avanzado estado de
degradação nas primeiras
décadas do século XX.
Am, A515.

imposto. Na sua exposição, a Câmara alerta para algumas questões, na cidade, que gostaria de resolver: a construção de um novo matadouro, uma vez que o que existia impedia o crescimento da “cidade nova”¹³¹ – veja-se a foto do antigo matadouro, na pág. 42; “Por outro lado, a cidade tem em frente aos seus Paços do Concelho uma cadeia que representa uma verdadeira mancha e uma verdadeira afronta a todos nós”¹³² [FIG. 35]; por último, a cidade tinha luz e água canalizada, mas não tinha rede de esgotos. Com estas obras, a Câmara previa gastar avultadas quantias, pelo que contava com a “compensação” dada pelos Serviços Municipalizados¹³³. Por esta altura, muitos funcionários dos mesmos serviços, como o canalizador e o director comercial, entregavam requerimentos pedindo aumento de vencimentos.

Em Janeiro de 1939 o mesmo director comercial, José Joaquim Cruz é detido pela Polícia para se averiguar um “rombo praticado na Tesouraria”¹³⁴. O mesmo funcionário foi imediatamente suspenso dos serviços, voltando, meses mais tarde, a ocupar o mesmo lugar.

Em quase todas as reuniões do Conselho de Administração são analisadas reclamações dos munícipes. No caso da água, alegam geralmente que o consumo registado pelo contador é superior ao que efectivamente se realizou¹³⁵.

Muito frequente também nas reuniões do CA eram os casos de medidas disciplinares a funcionários, motivadas por: faltas ao serviço, incorrecções, e falhas no cumprimento das obrigações. Nos anos 20 e 30 eram frequentes os problemas de “caixa”, havendo

7

Quota data	Classe de categoria	Forma de pensão	Quantidade mensal	Nome do respectivo beneficiário
	<i>Fontanários</i>			
1	<i>Director-adjunto Secretaria</i>	<i>Antidote</i>	<i>1.650,00</i>	<i>Regina de Almeida</i>
1	<i>Director Municipal</i>	<i>Vida</i>	<i>1.450,00</i>	<i>Dr. Joaquim Gomes</i>
1	<i>Securário - livro</i>	<i>Vida</i>	<i>1.200,00</i>	<i>Carolina Fátima Fátima</i>
1	<i>Aspirante</i>	<i>Vida</i>	<i>700,00</i>	<i>Albino Gomes Vaz Gomes</i>
1	<i>Aspirante</i>	<i>Vida</i>	<i>700,00</i>	<i>Albino Gomes Vaz Gomes</i>
1	<i>Secretaria</i>	<i>Vida</i>	<i>600,00</i>	<i>Carolina Fátima Fátima</i>
1	<i>Secretaria</i>	<i>Vida</i>	<i>600,00</i>	<i>Albino Gomes Vaz Gomes</i>
1	<i>Secretaria</i>	<i>Vida</i>	<i>600,00</i>	<i>Albino Gomes Vaz Gomes</i>
	<i>Artesãos</i>			
1	<i>Fil de Artesão</i>	<i>Vida</i>	<i>700,00</i>	<i>Albino Gomes Vaz Gomes</i>

Observação - Os funcionários constam desta lista com base na prestação de serviços.

FIG. 36
Mapa dos vencimentos do pessoal do quadro em 1947. AEM.

“empréstimos” realizados pelos tesoureiros, que não estavam autorizados a nível superior. Os castigos eram, com frequência, a perda de dias de salário e a realização de processos disciplinares. Veja-se o seguinte exemplo:

“Castigos a pessoal destes serviços municipalizados

Manuel José Miguens. Tendo sido presente o boletim diário do Canalizador-Encarregado de dezasseis de Abril do corrente ano, em que este senhor comunica que o depósito da Conceição deitou água fora durante trinta e cinco minutos por sua culpa e erro de cálculo, deliberou o Conselho por unanimidade considerar injustificada e incompreensível a ocorrência verificada. Porém, o mesmo Conselho, apreciando a sua espontânea confissão do erro cometido, deliberou relevar o mesmo, por esta vez, advertindo-o contudo, de que a repetição de casos como o presente dará origem a procedimento disciplinar.”¹³⁶

No final do ano de 1946 é aprovada a remodelação dos quadros de pessoal (maior e menor) dos serviços [FIG. 36].

Em 1952 é aprovado um novo regulamento do serviço de abastecimento de água¹³⁷.

3. Os “Marcos Fontenários”

Por toda a cidade aparecem chafarizes e “marcos fontenários” onde se procede à venda de água, tanto a aguadeiros como ao público em geral. Estes marcos constituem-se como o elemento de transição entre um abastecimento feito através de poços e fontes e a canalização generalizada.

Alguns dos chafarizes circulam pela cidade, mudando de localização conforme tal é necessário. Já os marcos fontenários foram construídos e demolidos sem que restasse nenhum.

Segundo as *Condições para o fornecimento de água* de 1911¹³⁸, a água dos fontanários destinava-se, simplesmente, a “dessedentar os transeuntes”. Segundo o *Regulamento dos Serviços Municipalizados* de 1934, nesta data estes marcos estavam a funcionar “transitoriamente, enquanto não estivesse concluída a rede de distribuição domiciliária”¹³⁹.

Apesar destes testemunhos, o que se verifica é que nas primeiras décadas do séc. XX, a água dos fontanários serve para muito mais do que, simplesmente, matar a sede a quem passa. O período transitório, até à canalização da maioria dos fogos foi um período lento.

As notícias que temos sobre os marcos fontenários são um pouco avulsas: apenas aquelas que vão a Conselho de Administração. Muitas outras decisões, tomadas a um nível hierárquico mais baixo, não chegam ao nosso conhecimento.

FIG. 37
O largo do Carmo e o marco fontenário que veio do jardim dos Aliados para este local. Anos 40. AM, B5852.



FIG. 38 O marco fontanário do Terreirinho das Peças, já em estado de degradação. AM, B314.



FIG. 38

FIG. 39 O marco fontanário no Jardim das Alcaçarias. AM B823.

FIG. 40 Marco de venda de água que existiu junto à torre da igreja de Santo Amaro, em Beja, demolido em 1953. A foto parece estar ao contrário, uma vez que a torre fica do outro lado. AM, B318.



FIG. 40

FIG. 41 Largo de Santo Amaro, ajardinado. Ao fundo a igreja do mesmo nome com marco fontanário à direita. AM, B5694.



FIG. 41

FIG. 42 Jardim dos Aliados e seu chafariz, na primeira localização que lhe é conhecida. NC 151.



FIG. 39



FIG. 42

Em Abril de 1927 é decidida a colocação de novas canalizações de água e a construção de novos marcos fontanários, um no Terreirinho das Peças [FIG. 38] e outro no Jardim da Alcaçarias [FIG. 39]. Esta canalização deveria, porém, esperar o nivelamento das ruas por onde a mesma deveria passar¹⁴⁰. No mesmo ano, era também inaugurado o marco fontanário de Santo Amaro [FIGS. 40 e 41].

Em Novembro de 1928 é deliberado que as funcionárias dos marcos fontanários que tivessem as chaves dos mesmos

deveriam comparecer ao serviço mal fosse dado o toque de fogo dos Bombeiros, sob pena de perderem seis dias de vencimento¹⁴¹. Na acta n.º6 complementa-se esta disposição, mandando fazer uma segunda chave de cada marco para ficar na posse dos Bombeiros.

Em Agosto de 1932 passa a ser decidida a venda de água nos marcos fontanários por meio de senhas, dando 5% de margem aos vendedores. É também nesta altura decidido encerrar provisoriamente o posto de venda de água n.º3, de Santa Maria, para que fosse reparado¹⁴². No ano seguinte seria decidida a sua demolição¹⁴³. Mas, neste ano, muitos marcos estavam ainda a funcionar com pelo menos duas empregadas¹⁴⁴.

Em 2/09/1939 o Conselho de Administração procede à admissão de um funcionário para o posto de venda de água do Largo de Santa Catarina¹⁴⁵, actual jardim do Bacalhau. O mesmo marco continua a funcionar até, pelo menos, 1947¹⁴⁶.

Por esta altura, decorria a pavimentação da estrada junto ao Jardim dos Aliados¹⁴⁷, estando por isso encerrado o marco fontanário da Fonte Nova, localizado nesse local¹⁴⁸ [FIG. 42].

Em 24/03/1947 é decidida a demolição do marco de venda de água n.º4, do Terreiro dos Valentines, por ser desnecessário e estar com mau aspecto [FIG. 43]. A funcionária respectiva deveria passar para o posto da Rua Alexandre Herculano. Na mesma altura, é decidido abrir um posto de venda nas traseiras do edifício dos Correios (que seria o n.º9)¹⁴⁹.

Em 23/12/1950 é referida uma sugestão da Câmara Municipal para que não fosse paga a água do chafariz do Carmo¹⁵⁰. O consumo deste chafariz deixa efectivamente de ser pago desde 31/07/1954, passando a ser considerado encargo dos serviços municipalizados¹⁵¹ [FIG. 72].



FIG. 43
O marco fontanário do Terreiro dos Valentines, já em degradação. AM, NB 311.



FIG. 44
O actual Jardim Duarte Pacheco, antes da construção do Tribunal, mas já depois da demolição da “creche” Coronel Sousa Tavares, que aqui existia. Do lado esquerdo, no seguimento das árvores, encontra-se o marco fontanário. Am, C121.

Em 1953 o marco do Largo de Santo Amaro foi demolido. Já antes de 1951 havia desaparecido o marco que se encontrava no Largo Duarte Pacheco, em espaço muito próximo às imediações do novo tribunal [FIG. 44]. No mesmo largo, do outro lado, mantinha-se o chafariz [FIG. 45] que haveria também ele de transitar para o largo de Santo Amaro. É deliberada a transferência em 1953¹⁵² [FIG. 46].

Em 1956 é decidido que o consumo de água seria gratuito no marco do Pelame, cuja construção estava a terminar e também no Carmo, talvez porque a decisão de 1954 não tivesse chegado a ser aplicada¹⁵³.

Com a obrigação de ligação à rede de água generalizada a toda a cidade, é decidido, a 11/02/1959 encerrar todos os marcos de venda de água e terminar a venda ao domicílio. A água canalizada passava a ser, desta data em diante, a norma¹⁵⁴ [FIG. 47].



FIG. 45

FIG. 45
O Chafariz da rua Jacinto Freire de Andrade, posteriormente transferido para o largo de Santo Amaro. À esquerda, o Palacete Palma. AM, B 316.

FIG. 46
O largo de Santo Amaro em 1964, já sem o marco fontanário junto à igreja e com o chafariz vindo da Rua Jacinto Freire de Andrade. AM, B5697.

FIG. 47
Actual Largo do Tribunal. Parte da antiga Escola Primária de São João, em Beja, marco fontanário e parte da Creche Coronel Sousa Tavares, antes da construção do tribunal e do arranjo do largo. Década de 1930. AM, NA531.



FIG. 46



FIG. 47



FIG. 48 Desenhos para a construção de uma casa para a bomba e estação elevatória do Poço de Aljustrel, propostos no projecto de 1920.

AEM, Proc. Técnico 1 A2.

4. A primeira fase de Captação e Armazenamento

Trazer a água para a cidade, depositá-la e distribuí-la – eis o grandioso conjunto de tarefas para os novos Serviços Municipalizados. A água que se encontrava em maior quantidade e mais acessível continuava a ser – como nos séculos anteriores – a do Poço de Aljustrel. Em 1920, o ponto de situação era o seguinte:

“A cidade de Beja há muitos anos que é abastecida pela água proveniente do chamado Poço de Aljustrel, poço artesiano de 25 metros de profundidade e 0,15m de diâmetro, existente à margem da estrada de Aljustrel, à distancia media de 800m da cidade, conservando-se sempre o nível da agua no poço a 5,0m abaixo da superfície do terreno. Junto ao poço existe uma pequena instalação elevadora munida de um motor-bomba a ar quente com a capacidade máxima de 10 000 litros por hora que eleva a água a um pequeno depósito de ferro. Daí é transportada em carroças de pipa, por material e pessoal camarário, até à cidade, onde é feita a distribuição domiciliária; do conjunto destas circunstâncias resulta ser a quantidade de água a distribuir por habitante deficientíssima, o preço elevadíssimo (\$02 por cântaro de 10 l., ou sejam, 2\$00 por m3) e a câmara ter anualmente um grande deficit no serviço de abastecimento.”¹⁵⁵ [FIG. 48]

Vendo-se as grandes dificuldades deste poço em suprir as necessidades da cidade, foi aberto o “Poço Novo”, a pouca distância daquele, supostamente no terreno que hoje é ocupado pelas instalações da EDP, e onde antes estava a primitiva Central Eléctrica [FIG. 49].

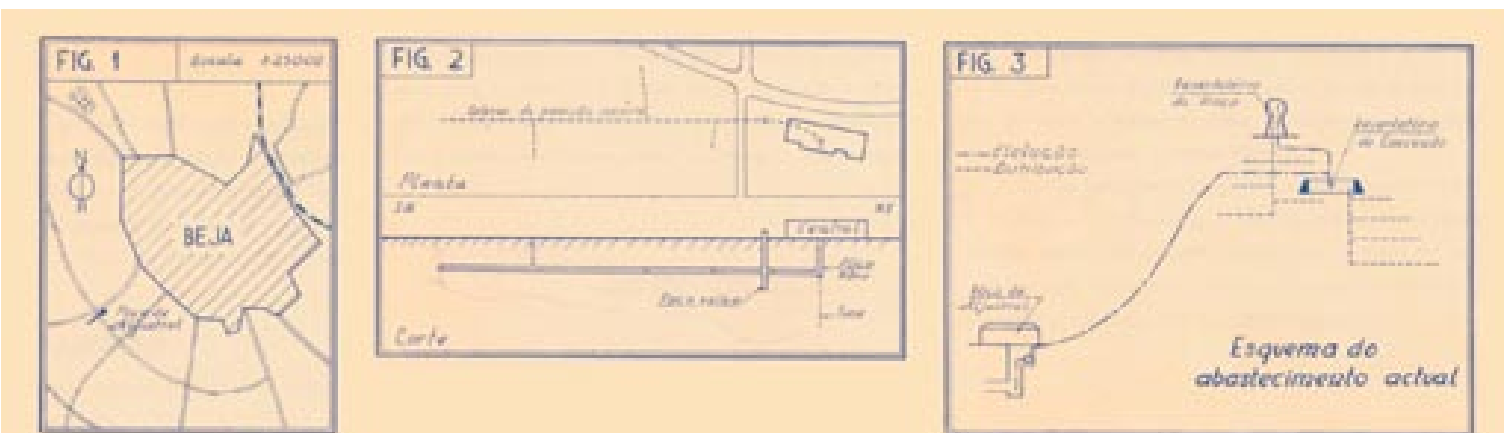




FIG. 50
Rua Conde da Boavista.
Depósito da água e
pequeno edifício ligado ao
mesmo, que hoje já não
existe. 1960. AM, B5268.

O Conselho de Administração decide em 1945, para 1946, a construção de uma estação de captação de água do fim da mina, descrita desta forma: “Pelo senhor Director-delegado foram apresentadas ao Conselho duas sugestões verbais, uma com carácter provisório, outra definitivo, para a pequena estação de captação de água do “Fim da Mina, junto ao poço de Aljustrel”.¹⁵⁶

Quanto aos depósitos, era necessário encontrar locais estrategicamente situados para armazenar a água que se pretendia bombear desde o poço de Aljustrel para, a partir deles, se fazer a distribuição à população.

Mesmo no centro da cidade, a demolição parcial das dependências do Convento da Conceição dava ocasião a que se pudessem construir grandes instalações – como depósitos de água, em locais impensáveis em décadas anteriores – neste caso, um depósito contíguo a um importante monumento. O projecto de distribuição de água de 1920 já previa a construção e utilização dos reservatórios da Misericórdia e da Conceição, o primeiro para abastecer a parte alta da cidade e o segundo para a parte baixa, onde havia menos população, mas maiores consumidores de água, como o matadouro, o jardim e o quartel. Nas décadas de 30 e 40, nos sucessivos projectos apresentados para o futuro, é prevista a ampliação do depósito da Conceição para toda a área por baixo do terreno circundante ao Museu Regional. Ocupando o actual depósito o lado sul, previa-se que, quando fosse necessário, o depósito crescesse para o lado nascente e norte. Previa-se, ainda, a construção de uma “central elevatória” por cima do reservatório [FIG. 50].

Por outro lado, a existência de um reservatório na Praça da República era essencial, por ser o ponto topograficamente mais alto. A escolha do local, porém, não terá sido a mais feliz.



FIG. 51
A praça da República,
vendo-se em fundo a
igreja da Misericórdia e,
em cima desta, parte do
depósito de água. AM, B512.

Nos planos do Conselho de Gerência para o ano de 1925 estavam o estabelecimento da iluminação elétrica à cidade e a construção do Depósito de água da Misericórdia. Tratava-se do outro depósito já previsto em 1920 – e que efectivamente foi construído, por cima da igreja da Misericórdia na praça da República, imóvel que era propriedade do Município. O depósito teria uma altura de cerca de 3 metros e ficaria afastado da fachada principal do edifício o que, segundo o Eng. Ernesto da Maia, que realizou o estudo em 1920, “em nada prejudicará a estética do edifício”¹⁵⁷. O mesmo era neste relatório descrito como uma sólida e ampla igreja, em perfeito estado de conservação [FIG. 51].

A obra não avançou imediatamente e, em 1924 é realizado outro projecto, onde as opiniões constantes acerca da solidez do edifício não são as mesmas: “Embora, aparentemente, as paredes do edifício tenham um aspecto de solidez, um exame mais demorado mostrou-nos que não estão em condições de suportarem o peso que lhes tinham destinado, isto devido principalmente a se encontrarem fora da prumada”¹⁵⁸. De qualquer maneira, isso não constituiu um impedimento ao projecto, que avançou,

com recomendação da construção de estruturas de cimento armado embutidas nas paredes da igreja. De acordo com o novo projecto, o depósito teria uma altura de 2m de água e ocuparia 15 m de extensão a partir da extremidade norte. Aparentemente, a construção das vigas de sustentação não chegou a ser realizada.

Em Abril de 1927 começam as obras de canalização deste depósito e a instalação das “torneiras de manobra”¹⁵⁹. A recém-criada Comissão Administrativa pretendia inaugurar o Reservatório da Misericórdia no dia 10 de Junho de 1927, conforme acta de 19/05/1927.

Diz Túlio Espanca o seguinte, acerca da Igreja da Misericórdia e desta obra:

“A acrescentar (...), nos primeiros anos de 1920 nas suas coberturas se construiu o depósito de abastecimento de águas à zona da cidade, o que, além de lhe esmagar a estrutura delicada do Renascimento, provocou infiltrações graves.”¹⁶⁰

Em 1933, a Igreja da Misericórdia (há muito sem funções religiosas e na posse do Município) foi classificada como Monumento Nacional, o que obrigava a repensar a localização do depósito da Água.

Com efeito, em 1936 estavam em curso estudos para a substituição do depósito da Misericórdia por outro a construir na Praça da República – o depósito que se encontrava atrás do edifício das Finanças, construído na mesma altura e demolido em 2016. Em 1938 é realizado um estudo para a construção do novo depósito. Nele se apontavam os inconvenientes da solução em uso para o abastecimento à parte alta de cidade, no cimo da igreja da Misericórdia: a cota de fundo era insuficiente para um abastecimento adequado àquela zona; a resistência e a estabilidade das paredes estavam em causa, pois, em vez das recomendadas colunas de cimento armado, o reforço da estrutura da antiga igreja havia sido feito através um travamento “por meio de esticadores de ferro, colocados à altura da nascença dos arcos das abóbadas”; também se diz que “as infiltrações têm arruinado as alvenarias, sobretudo das abóbadas cujos rebocos têm caído por partes, algumas das vezes ameaçando os operários que trabalham na antiga igreja, hoje transformada em oficina e armazém de materiais.”¹⁶¹

O mesmo relatório sugeria o local ideal para a construção do novo depósito (que é, sensivelmente, o local onde efectivamente foi construído), com as seguintes observações: “A alimentação da zona alta impõe, perante a topografia da cidade, a localização do novo reservatório junto da praça da República, visto ser este o local de maior altitude. Não havendo terreno da Câmara nestes sítios, impõe-se uma expropriação. Por detrás do edifício da cadeia existe um espaço com as dimensões necessárias à obra, comunicando com a Praça através dumas ruínas, muito antigas, que seria também de toda a conveniência

fazer desaparecer, pois contribuem, juntamente com o edifício da cadeia, para agravar imensamente o aspecto desta Praça, a mais importante e representativa da cidade.”¹⁶²

No orçamento de 1938 era então prevista a despesa com a construção deste novo reservatório de água e expropriação do terreno¹⁶³.

Na reunião decorrida a 25/04/1939 é decidido abrir concurso para a construção do novo reservatório de água para abastecimento da zona alta da cidade¹⁶⁴. Em acta extraordinária de 22 de Maio de 1939 é decidido comprar ao particular que o detinha, pelo valor de 39.003\$00 o edifício da cadeia, em ruínas, na Praça da República, para o fim em vista. Desta compra decorrerá depois a construção do edifício das Finanças [FIG. 52].

Em Outubro de 1939 chega outro ofício da Repartição Técnica comunicando que haviam sido encontradas “muralhas” no local onde se previa a construção do novo depósito de água e que, perante isso, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, não permitia a construção do Depósito no mesmo local. Deliberou-se a possibilidade de mudança da construção para outro local, uma vez que isso ficaria, para os serviços, menos dispendioso do que construir em cima da tal muralha e que tal procedimento já havia sido aprovado pela Direcção Hidráulica do Guadiana. Após vários adiamentos, o edifício é terminado em 1941.

Nesse ano é dada a ordem de esvaziamento do depósito da Misericórdia, cuja água não estaria já em condições de consumo. Mas só em 1944 os Serviços Municipalizados abandonam efectivamente o edifício¹⁶⁵.

Nos anos 20 terá existido, também, um depósito perto do local hoje ocupado pela Estação de Correios. O depósito no jardim dos Aliados – aqui localizado – destinava-se, aparentemente, aos serviços municipais da abegoaria, matadouro e jardim.

O depósito de água construído nos anos 30 não resistiu à pressão da Arqueologia, tendo sido demolido em 2016. Note-se, porém, que por causa das tais “muralhas”, foi chamado o arqueólogo Abel Viana, que ajudou a escolher a localização do depósito, que foi aquela então considerada como a menos lesiva para o conjunto de vestígios descoberto e adivinhado.

FIG. 52
Edifício das Finanças, em construção, com o depósito da água atrás. AM, A1138.



5. A Canalização e Distribuição

Construir, de raiz, uma rede de canalização que ligasse os depósitos à generalidade das habitações particulares seria tarefa para levar algumas décadas [MAPA 4].

O “Projecto de distribuição de água de 1920” dizia que a tubagem distribuidora e adutora deveriam ser colocadas no leito das ruas, a um dos lados e a uma profundidade mínima de 0,80cm. Seriam construídas “em ferro fundido de canhão e juntas feitas a corda desfiada e chumbo, as válvulas da corrediça serão assentes em caixas de alvenaria de tijolo e poços de ferro fundido e as torneiras de macho.”¹⁶⁶ Era prevista, assim, uma canalização inicial entre o poço de Aljustrel e o depósito da Conceição, que depois se ligaria ao Depósito da Misericórdia por tubagens subterrâneas. Não havia, por sinal, previsão de dificuldades arqueológicas – talvez porque estas questões não fossem, na verdade, uma dificuldade.

Os projectos subsequentes afirmam que a maior parte da rede de distribuição foi colocada “em 1920”. No entanto, nada há nas actas da Administração que indique trabalhos tão abrangentes numa data tão recuada.

Como já foi dito, o serviço de fornecimento de água teve início no primeiro dia de Dezembro de 1923. É de 1924 o primeiro *Regulamento para o Abastecimento e Consumo de Água*¹⁶⁷. Segundo este relatório, os serviços, que haviam começado o fornecimento de água à cidade nessa data tiveram, nos 13 meses que decorreram até ao fim do ano de 1924, uma receita de 70.517\$63, dividindo-se esta pelos seguintes itens: “venda de água ao público; venda de água às pipas; venda de água no Jardim dos Aliados; venda de água na Pescadaria; venda de água nos domicílios e o valor de 1 instalação exterior”.

Sobre o consumo de água, por pessoa, diz o Relatório o seguinte:

“A capitação do consumo de agua nesta cidade regula por uns 7 a 8 litros diarios, capitação na verdade desoladora sob o ponto de vista higiénico e principalmente se a compararmos com a média das principais cidades da França, da Inglaterra e Alemanha onde a capitação diaria oscila entre 100 a 200 litros por habitante. Todavia, verifica se pelos mapas demograficos da sub delegação de saude deste concelho que as condições higiénicas da cidade muito melhoraram desde que se passou a fazer uso da agua canalizada.”¹⁶⁸



MAPA 4 Canalização de água em 1957 e canalização prevista.



FIG. 53



FIG. 54



FIG. 55

FIG. 53 e 54
Rua dos Infantes.
Trabalhos de canalização.
AM, B5123 e AM, B5124.

FIG. 55
Colocação de esgotos na
Travessa da Audiência. AM, B5163.

No Regulamento para o Abastecimento e Consumo de Água eram estipuladas as condições para o estabelecimento da água canalizada, enumerando-se aquilo que eram as obrigações da Câmara e as despesas em que os munícipes incorriam para o mesmo fim.

Em termos gerais, os Serviços Municipalizados eram responsáveis pela canalização até à parede das casas, sendo a canalização interna da responsabilidade dos munícipes. As obras de canalização podiam ser feitas, mediante pagamento, pela Repartição das Águas, ou por latoeiros contratados pelos munícipes sendo, neste caso, sujeitas a fiscalização. Era obrigatória a colocação de uma torneira de segurança para interrupção do fornecimento em caso de ruptura. O contador era alugado depois de requisitado aos serviços e os contratos eram anuais. A Câmara fornecia contadores tipo “Pinto Bastos” aos consumidores que só se servissem de uma torneira. Note-se que era da responsabilidade exclusiva dos munícipes a distribuição de água para banheiras, autoclismos e outros “aparelhos de aproveitamento de água”.

A Repartição das Águas tinha uma tabela que estipulava o número de pessoas do agregado familiar e o correspondente número mínimo de litros contratualizado e pago. No agregado incluíam-se os criados, os caixeiros e outras pessoas que aí estivessem, mesmo que não pernoitassem. O munícipe era obrigado a declarar o número real de pessoas para proceder ao pagamento de acordo com a mesma tabela, incorrendo em



FIG. 56
Canalização de água na
R. Afonso Henriques, junto
ao muro do Jardim Público,
em 1949. AM, B541.

multa se prestasse falsas declarações. Por exemplo, uma família de 5 pessoas teria direito a um mínimo de 133 litros por dia, pagando, no mínimo, 144\$00 por ano, em pagamentos mensais. O contador assegurava que pagaria mais, em caso de consumo superior ao mínimo.

Em Maio de 1927 é decidida a colocação de novas canalizações de água e a compra de mais 4.000 metros de canalização para água e respectivos acessórios¹⁶⁹.

Em Abril de 1930 a Comissão Administrativa indefere dois pedidos: o primeiro dos aguadeiros que queriam a diminuição, em um escudo, do preço a que lhes era vendido o metro cúbico de água nos marcos fontanários; o segundo, dos moradores no Jardim da Rampa, que pediam uma torneira para o abastecimento de água¹⁷⁰.

Durante as décadas de 30 e 40 foi progressivamente feita a canalização da cidade. [FIGS. 32 e 56].

Em 1934 e 35, a rede de distribuição chegou ao Bairro das Alcaçarias¹⁷¹. Nesta data, sabemos que o abastecimento era ainda feito pelo novo furo junto ao poço de Aljustrel. Em 1936 temos notícia do cidadão António Veríssimo, que possuía um edifício ao “Largo do Poço Pequeno ou estrada da Circunvalação” – mais ou menos entre o mercado municipal e o edifício dos Correios que, querendo ligar-se à rede de abastecimento público e estando muito afastado dela, se ofereceu para fornecer a tubagem e os acessórios para a mesma¹⁷².



FIG. 57
Bairro Salazar e Bairro da Apariça. Em 1948 não tinham começado ainda as obras para a instalação de esgotos na cidade, mas, uma vez que estes bairros estavam a ser construídos de raiz, poderia haver já uma instalação. AM B619.

Mesmo assim, a venda de água nos postos, em 1937, não era ainda residual. No orçamento do mesmo ano estava previsto que a venda de água ao domicílio rendesse 123.000\$00, enquanto a venda nos postos deveria rondar os 37.000\$00¹⁷³. Para o ano seguinte a previsão já era diferente: 165.000\$00 para a venda de água nos domicílios e 35.000\$00 para a mesma, nos postos¹⁷⁴. Era uma marcha irreversível, que determinaria, no decurso de algumas décadas, o desaparecimento dos marcos fontanários. No mesmo orçamento só se previa o pagamento a dois funcionários dos mesmos marcos.

Em 1939, estando o novo Liceu quase concluído, é decidido fazer já as obras de canalização e eletrificação na “nova avenida” em frente ao mesmo liceu¹⁷⁵. Em Maio desse ano, é decidido não fornecer a água para a piscina do Liceu Diogo de Gouveia. O parecer técnico alegava que o mesmo fornecimento poderia ser feito com a água do Poço Largo, que já servia para abastecer o Jardim Público e que assim não se prejudicava o regular abastecimento à cidade.

No início dos anos 40 começa a construção do Bairro da Apariça, (que já terá água canalizada) para as “classes desfavorecidas”. Como tal, os Serviços Municipalizados deliberam não colocar contadores, mas cobrar um valor mensal fixo, por avença¹⁷⁶. Não tinha, porém, ainda, um fornecimento permanente, apesar de os novos moradores o solicitarem, apenas dois períodos de distribuição, de manhã e à noite. Em 1948 a situação é corrigida e os contadores são colocados¹⁷⁷.

Neste início de década sofrem-se também em Beja as consequências da Segunda Guerra Mundial e, em virtude das dificuldades económicas, em 1943 é deliberado o aumento das tarifas, tanto da água como da energia elétrica¹⁷⁸. No âmbito do “corte nas despesas”, é deliberado adquirir contadores de água usados¹⁷⁹.

O ponto de situação sobre a distribuição de água, feito pela memória descritiva do projecto de “Melhoramento do abastecimento de águas da cidade”, com data de 1945, é o seguinte:

“A maior parte da rede data de 1920 e é de ferro fundido, encontrando-se ainda em relativamente bom estado de conservação. As ampliações desta rede primitiva têm sido quase todas feitas com tubagens de ferro galvanizado de pequenos diâmetros, não se encontrando geralmente em bom estado. A distribuição é feita por cerca de 1.300 ligações domiciliárias e por sete postos de venda de água ao público. Algumas ruas não possuem ainda tubagem distribuidora.”¹⁸⁰ Certamente a rede de distribuição não seria de 1920, pois só em 1923 começava o abastecimento municipalizado e a rede distribuidora estava nessa altura a iniciar-se. No entanto, este excerto permite-nos, para além de tudo o resto, atribuir os materiais das tubagens às épocas correspondentes.

Nesta altura e segundo o mesmo relatório, verificavam-se os seguintes preços da água:

- > Consumo mínimo de água: 2 m³/mês – 4\$00
- > Aluguer do contador: 4\$00/mês
- > Água nos marcos fontanários: 4\$00/m³



FIG. 58



FIG. 59

FIG. 58 e 59
Obras de canalização na Rua do Esquível. Curiosamente, ou talvez não, há poucas notícias de achados arqueológicos aquando destas obras profundas em pleno centro histórico. AM, B5113 e AM, B5115.

Em 1954 é feito novo projecto para a ampliação da rede de distribuição de água, estendendo-a até às zonas periféricas e para onde se previa o futuro crescimento da cidade, pelo eng. Civil António Manuel de Vasconcelos¹⁸¹ [FIGS. 58 e 59]. Por deliberação de 20/03/1956, é obrigatória a ligação domiciliária à rede de água de todas as casas das seguintes ruas: Rua Manuel Homem, Rua Mestre Manuel, Rua da Cadeia Velha, Rua Doutor António José de Almeida, Rua dos Paus, Rua Dr. Aresta Branco, R. Afonso Lopes Vieira, Rua dos Aferidores, Rua Pedro Vítor, Rua Fr. Manuel do Cenáculo e Rua D. Nuno Álvares Pereira¹⁸². Em 12 de Junho do mesmo ano, a obrigação é alargada às ruas: Avenida Miguel Fernandes, Rua da Moeda, Rua dos Escudeiros, Largo dos Prazeres, Rua D. Manuel I, Rua da Misericórdia, Rua de Alcobaca, Rua Antero de Quental, Rua S. João de Deus, Rua de S. Sebastião, Rua Conselheiro Meneses, Rua das Portas de Aljustrel e Rua da Guia¹⁸³.

Em Julho de 1956, a obrigação de ligação dos domicílios à rede de água municipal é obrigatória para as ruas: de Mértola, dos Açoutados, da Branca, do Vale, do Canal, da Biscaíña, da Lobata, da Poça da Lã, Terreiro dos Valentos, do Pelame, e Rua do Sembrano¹⁸⁴. Em Outubro alarga-se a obrigação às ruas: Alexandre Herculano, Praça da República, Largo de Santo Amaro, Rua das Carretas, Rua Alferes Malheiro, Rua de São Gregório, Rua dos Pintores, Terreirinho das Peças, Rua do Sarilho, Largo da Amoreira, Rua Primeiro de Dezembro, Rua das Portas de Moura, Travessa da Guia, Rua Dr. Pereira Coelho, Rua Ancha, Rua do Esquível, Rua Tenente Valadim, Rua Coronel Brito Pais, Rua Tenente Sanches de Miranda, Rua General Teófilo da Trindade, Rua capitão Mouzinho de Albuquerque, Rua Pequena, Rua do Pé da Cruz e Travessa da Fonte Santa¹⁸⁵.

Em 26/06/1956 é decidido alargar a rede de fornecimento de água à “zona inferior da cidade” na área a nascente, pois sem ela não era possível inaugurar o novo Bairro da Conceição. A obra é concedida ao empreiteiro que, ao mesmo tempo, estava a fazer as obras da rede de saneamento, João Gomes da Costa¹⁸⁶.

Apesar de todas as deliberações, que indicariam um bom andamento das obras, tal não parece ser o sucedido, com culpas para o empreiteiro. Em 06/08/1957 o Conselho de Administração determina que, mal a empreitada chegasse aos 500.000\$00, seria suspensa e o restante trabalho feito directamente pelos serviços. Alegava o presidente,



FIG. 60
Obras de remodelação
da canalização na
Rua de Lisboa em
1959. AM, B5501.



FIG. 61
Obras de remodelação
da canalização
na Rua de Lisboa
em 1959. AM B5502.

Dr. José António da Silva, que dos quatro mil ramais de esgoto previsto, estavam construídos apenas seiscentos e vinte e cinco. Tendo sido contraídos “grandes empréstimos” para a realização das obras, os novos clientes e novas receitas não estavam a chegar, o que conduziu à decisão tomada de suspender a empreitada¹⁸⁷.

Finalmente, a 17/02/1959 é deliberado que, no prazo de sessenta dias, fosse obrigatória a ligação à rede das casas de todos os habitantes com rendimento colectável igual ou superior a 100\$00 e que se encontrassem nas vias já servidas pela rede municipal. Os habitantes – senhorios e inquilinos, cujo rendimento fosse inferior a este valor ficavam desobrigados do consumo e conseqüente pagamento. Após os sessenta dias, os Serviços Municipalizados executariam, compulsivamente, as obras de instalação de pelo menos uma torneira¹⁸⁸. Estava assim concluída, nesta primeira fase, a rede de abastecimento público de água [FIGS. 60 e 61].

6. Os poços e estação elevatória das Terras Frias

Em Junho de 1939, o Conselho de Administração aprecia o ofício do chefe da Reparação Técnica que comunica a diminuição da água da nascente que abastece a cidade. O Conselho manda publicar no “Diário do Alentejo” um aviso para que os consumidores não fizessem da água outro uso que não o doméstico¹⁸⁹. Em 1944 o problema é de novo abordado, pedindo-se um parecer técnico. Decide-se, então, prolongar o furo artesiano¹⁹⁰.

No Verão de 1944 o problema da falta de água no furo do Poço de Aljustrel, principal abastecimento da cidade, agudiza-se e, nessa altura, os Serviços Municipalizados deliberam tomar medidas destinadas a minimizar o problema: O abastecimento é restringido a apenas algumas horas durante o dia; as tarifas aumentam, por escalões. No recinto da feira de Agosto, a água seria fornecida pelos Bombeiros. Decidiu-se também realizar pesquisas para encontrar novas fontes de abastecimento. Em 1945 as tarifas voltam a aumentar, pelo mesmo motivo.¹⁹¹

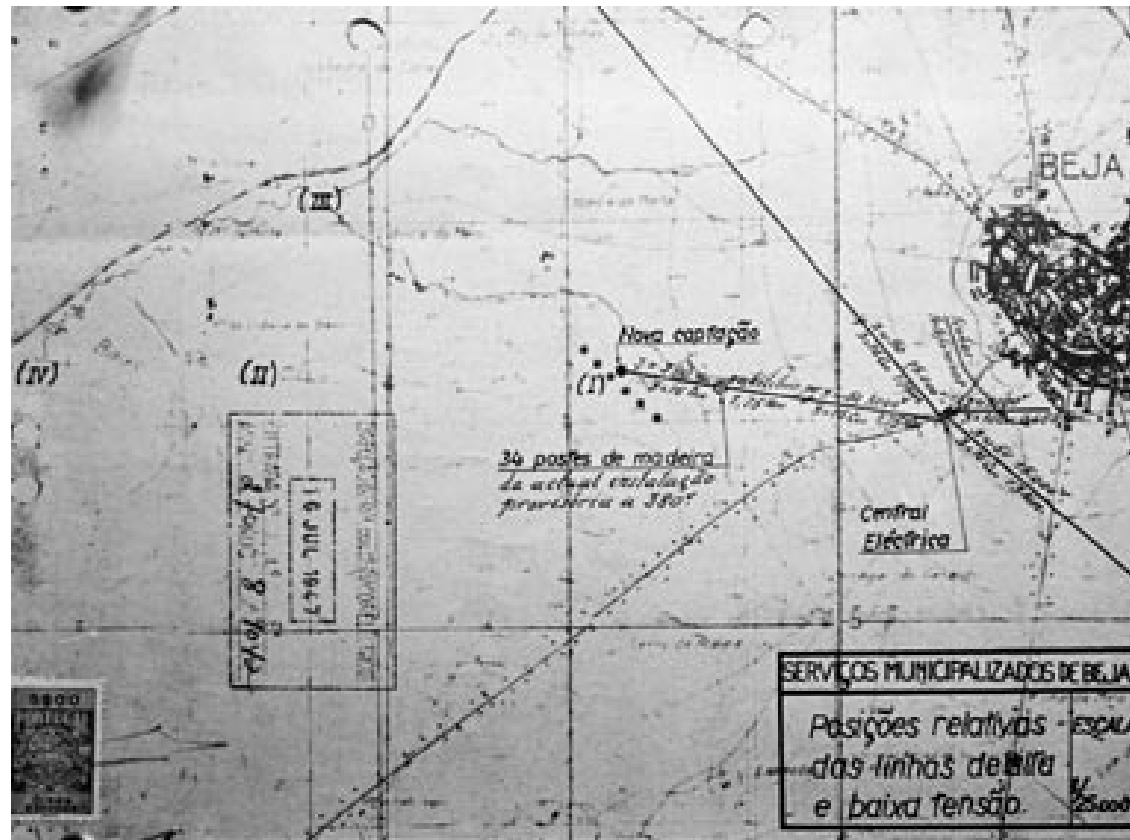


FIG. 62
Carta com a localização da estação elevatória de águas das Terras Frias – 1949. AM B 47.



FIG. 63
Entrada para a Central elevatória das Terras Frias e captação de águas. AM B327.

Em Setembro de 1945 é dado conhecimento da escavação e revestimento do poço das “Terras Frias”, que necessitava de uma bomba. Apesar de não haver uma referência explícita, depreende-se que, em Dezembro do mesmo ano, este poço já contribuía para o abastecimento da cidade¹⁹². Há porém informações que referem que o Inverno de 1946/47 teria feito desmoronar as paredes dos poços de pesquisa que, segundo relatório de 1948 deveriam ser abandonados para se proceder à alteração do projecto inicial de 1945.¹⁹³ Em cima, seria construída a central elevatória.

A solução definitiva consistia, resumidamente, em fazer o revestimento do poço até à profundidade necessária e construir uma cabine sobre o poço com um pavimento em cimento armado e na qual seria instalada uma pequena bomba centrífuga vertical, assim como o seu quadro de manobra e restante instalação eléctrica feita com aparelhagem e materiais próprios para locais húmidos. A saída da bomba seria ligada directamente a uma conduta em tubo lusalite tipo três que conduziria a água até ao poço de Aljustrel ou outro depósito a construir posteriormente.¹⁹⁴



FIG. 64

FIG. 64
Entrada principal da
estação elevatória
das Terras Frias.

FIG. 65
Bombas de extracção
de águas das Terras
Frias. AM, B3211.

FIG. 66
Planta da estação
elevatória de águas das
Terras Frias. AM B329.

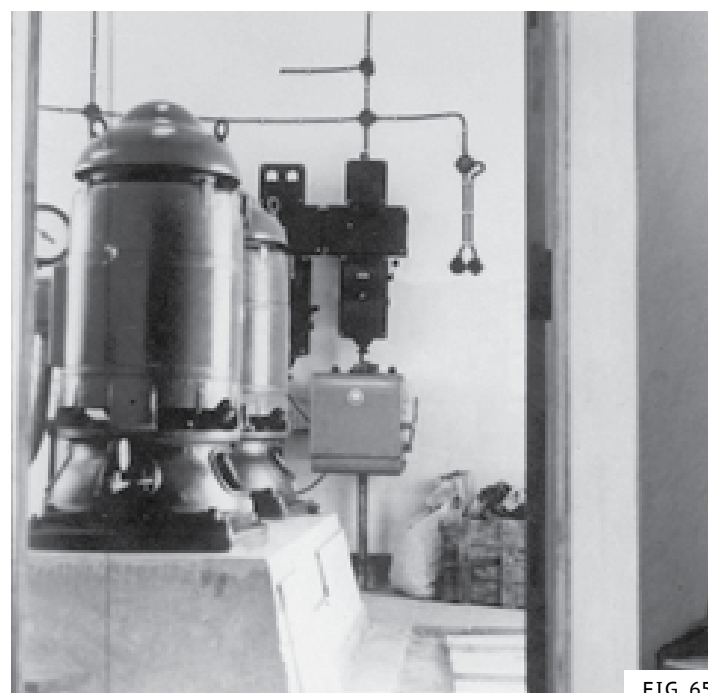


FIG. 65

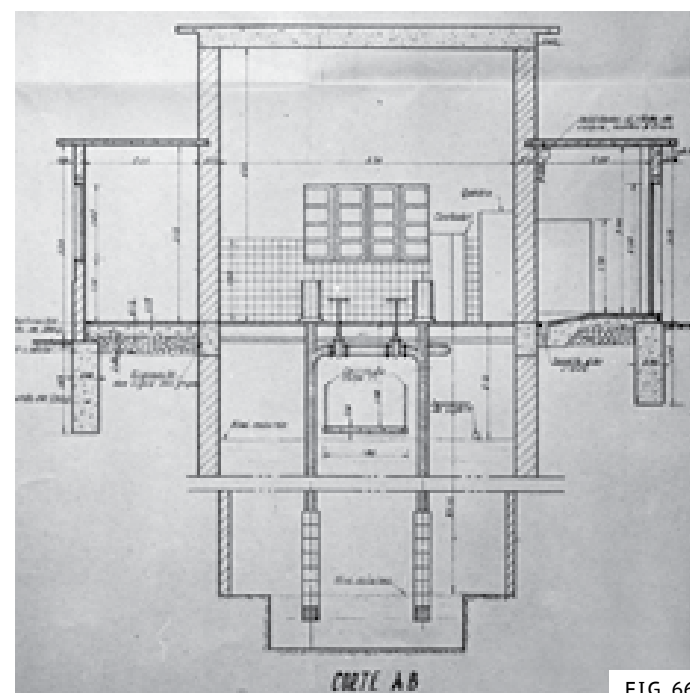


FIG. 66

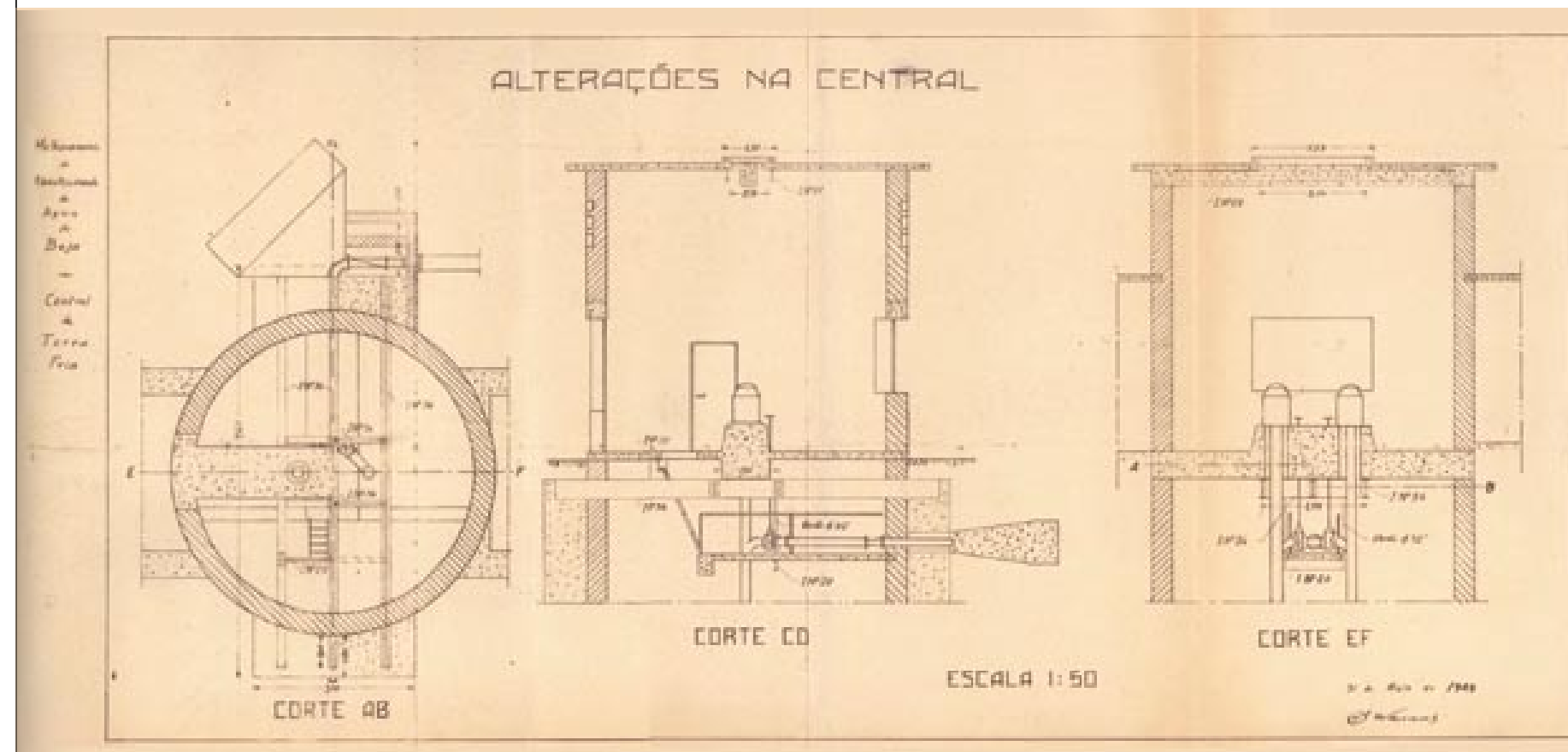


FIG. 67
Um dos cortes do plano
de alterações à Central
das Terras Frias de 1949.
AEM, Proc. Técnico 8A3.

Em Janeiro de 1947 é decidido abrir mais dois poços nas “Terras Frias”¹⁹⁵. As obras prosseguem nos anos seguintes. A 14/10/1948 fala-se já da construção de uma estação elevatória nas Terras Frias, para a qual, juntamente com a abertura de valas e montagem da conduta definitiva, o empreiteiro José Pinto Caeiro apresenta uma proposta de 234.372\$05, que foi aprovada¹⁹⁶. Já se previa a “cloração da água”, havendo várias firmas a concorrer para o fornecimento da correspondente aparelhagem¹⁹⁷. Em Outubro de 1955 é decidido contratar a firma Johann Keller para fazer a medição dos caudais dos furos de captação de águas¹⁹⁸.

7. O depósito da Mata

No “Estudo da localização da central elevatória da cidade, do abastecimento de água de Beja”, da autoria do eng. Civil António Manuel de Vasconcelos, em 1955, são manifestadas, pela primeira vez, algumas reticências quanto à viabilidade de extensão para nascente e norte do depósito da Conceição e construção da referida central¹⁹⁹. Estas reticências deviam-se, não a preocupações com a preservação do pouco que restou do convento da Conceição (mais tarde Museu Regional), de grande importância patrimonial e artística, mas à ideia de passar por aí uma possível ampliação do mercado municipal – que não aconteceu por terem sido criadas, na década de 1960, novas instalações para o mercado.

Voltando a 1955, como alternativa à ampliação do depósito da Conceição, surge a possibilidade de construção de dois depósitos no terreno da “Mata Municipal”, junto ao Asilo Sousa Tavares, na antiga “estrada da circunvalação” hoje R. Infante D. Henrique. Esta solução era, de todas, a mais dispendiosa.

Em 1956 estava já decidida a construção do “reservatório da Mata” com dois compartimentos cilíndricos de 1000 m³ cada²⁰⁰, bem como a da central elevatória, no mesmo local.

A 06/05/1958 é deliberado abrir concurso para a adjudicação da empreitada dos edifícios das estações elevatórias das captações 2, 3, 5 e 7 e instalações da Mata e em 19/08/1958 abre-se o concurso para o fornecimento e montagem do equipamento de “esterilização de água” da estação da Mata²⁰¹.



FIG. 68

Vala para colocação da conduta de águas de ligação das terras frias com a cidade. A vala terminava no local onde hoje se encontra o depósito de água da R. Infante D. Henrique. Ao fundo, ainda se vê o arco da rua do Arco da Gavião. Foto de 1948. Do lado direito, uma barreira – que dá nome à rua e um muro hoje inexistente, ambos poderiam ser parte da estrutura de fortificações seiscentista, não longe do local onde uma parte da mesma estrutura ainda se conserva, junto ao centro de saúde. AM B322.

8. A Construção do Balneário Público

O avanço na distribuição de água ao domicílio fazia-se partindo dos mais favorecidos, que podiam mais facilmente pagar as obras e equipamentos que a água à porta requeria. Dentro do paradigma assistencialista do Estado Novo e sabendo-se da importância de existirem condições de higiene, mesmo que básicas, para a promoção da saúde pública e para evitar a propagação de doenças, os serviços municipalizados ponderaram, em 1946, construir um outro equipamento destinado a este fim: o Balneário Público, sugerido pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização²⁰².

Um ano mais tarde é aprovada a obra e deliberada a adjudicação²⁰³. A 10/03/1948 é adjudicada a construção do balneário a Artur do Rosário Dias, pela quantia de 352.770\$00²⁰⁴. A 19/07/1950 a construção do balneário está terminada e é resolvida a sua abertura ao público. Teria dois funcionários, marido e mulher, responsáveis pelo funcionamento e manutenção do mesmo e que residiriam nas dependências destinadas a esse fim, possivelmente no primeiro andar.

No balneário era possível tomar banhos quentes e frios. Pagando, o balneário fornecia toalha ou lençol e sabonete²⁰⁵. Estava aberto todos os dias, pela manhã ou pela tarde e nos domingos só pela manhã. Também se podiam tomar banhos de imersão. Por Portaria do ministro do Interior de 10/03/1951 é aprovada a municipalização da exploração do balneário²⁰⁶. Na acta de 12/12/1951 delibera-se aumentar o preço dos banhos, para o ano seguinte, para reduzir o prejuízo da exploração do mesmo [FIGS. 69, 70 e 71].

Nos nossos dias, um balneário público já não é uma necessidade para os habitantes da cidade. Em consequência disso, o mesmo encontra-se encerrado e a degradar-se. Mas, tal como os equipamentos mais antigos, como os poços e os chafarizes, também ele é um marco na história da Água e uma representação da época em que foi construído.

Ao Invés de se deixar degradar até ser inevitável a sua demolição, julgamos que seria possível reabilitá-lo para outras funções relacionadas com uma fruição da água, ligadas ou não a uma exploração comercial. O importante seria preservar e valorizar o equipamento, adaptando-o a usos compatíveis, mas que não deixassem esquecer a sua história.

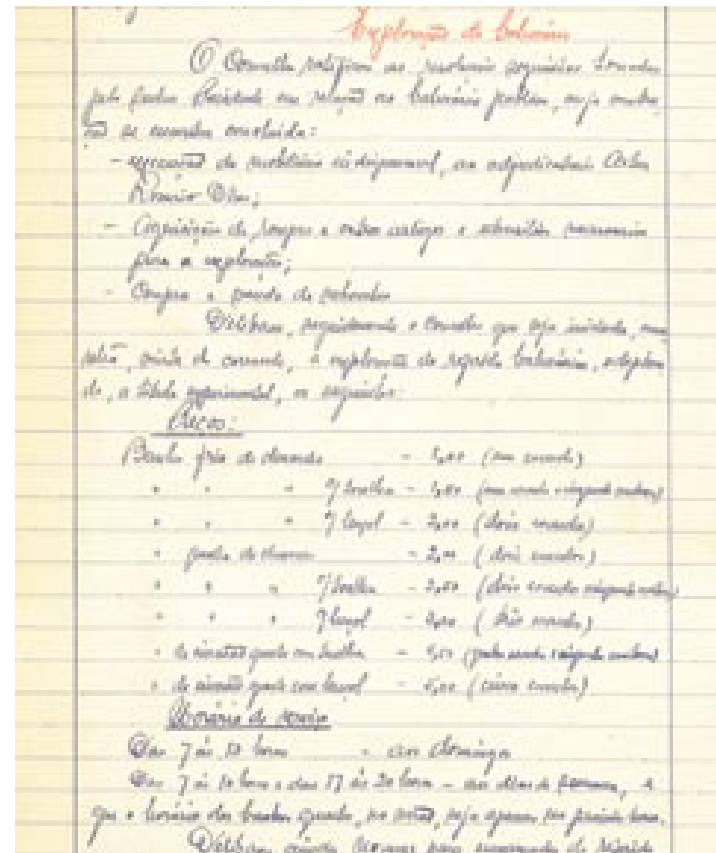


FIG. 69
Os preços dos serviços prestados pelo Balneário Público, aquando da sua abertura.
AEM, Livro de Actas n.º5, fl. 92v.

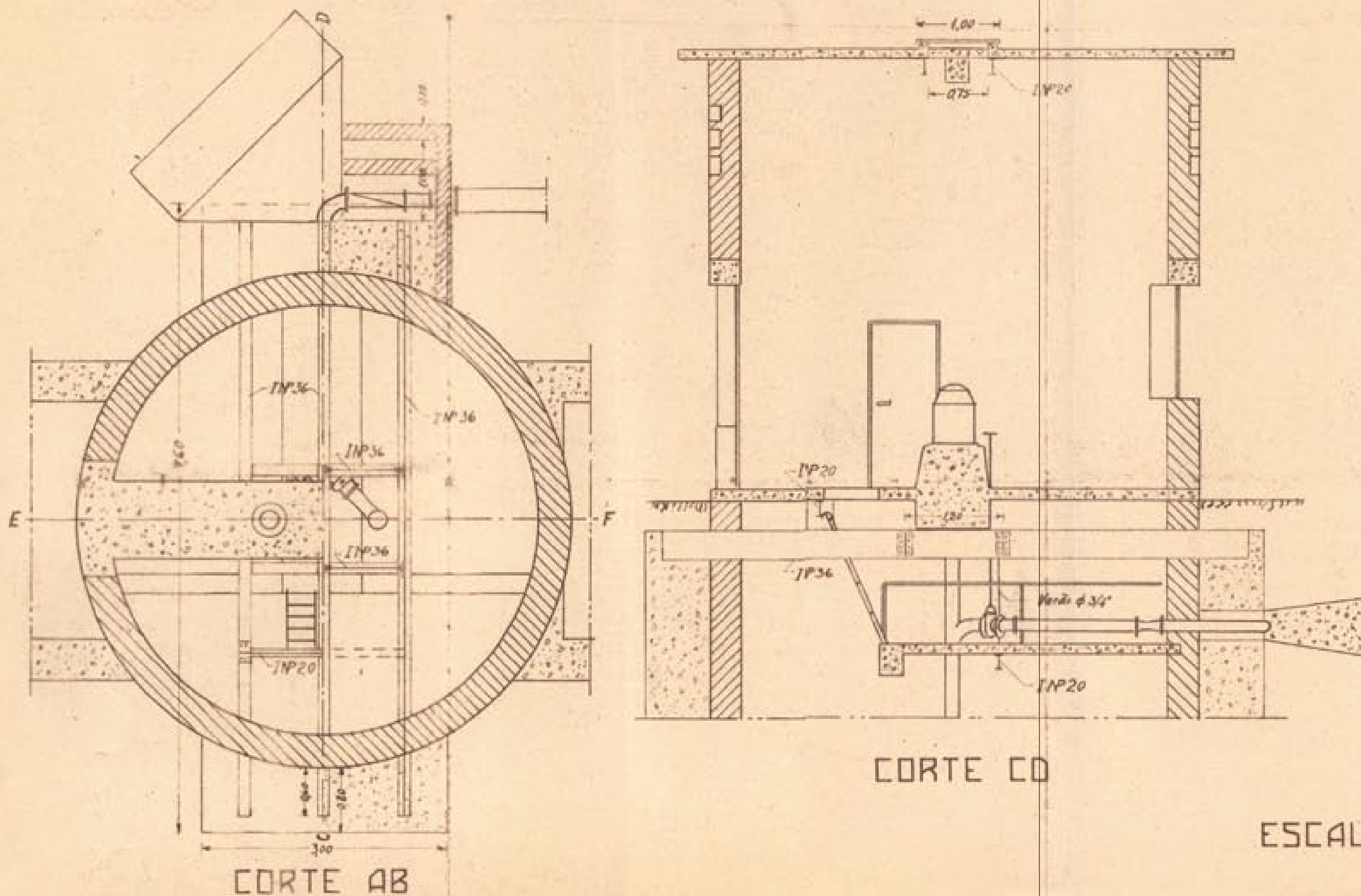


FIG. 70
Planta de localização do balneário público, 1948. AM, B131.



FIG. 71 O Balneário Público, depois de concluído. Am, B 134.

ALTERAÇÕES NA CENTRAL



CONCLUSÃO

Chegamos assim ao fim da nossa viagem pela água de Beja. Começámos pelos poços, tanques e chafarizes multisseculares e terminámos em pleno Estado Novo.

Dos poços urbanos nada resta, o que revelará talvez o pragmatismo de uma cidade onde o espaço é precioso e o que já não serve desaparece para dar lugar a outra coisa, ou só para dar passagem.

A existência dos equipamentos ao redor da cidade mostra, por seu turno, a permanência de espaços rurais, habitados e onde, de alguma forma, se continua a usar a água que ali existe. Enquanto alguns, como o Tanque dos Cavalos, sofreram obras de melhoramento, outro há, como a fonte de Mouro, onde não existe qualquer tipo de fruição do equipamento.

Os Roteiros da Água, que elaborámos em 2013 e que hoje se encontram disponíveis *on-line*, pretendiam incentivar a visita a estes equipamentos, quer por moradores da cidade, quer por turistas, como parte de uma fruição cultural da cidade.

O século XX trouxe mudanças vertiginosas para os habitantes da cidade, no que toca à sua relação com a água. Da compra ao aguadeiro ou da ida à fonte passou-se para a compra de água no marco fontanário e, deste, para a água canalizada, dentro de casa.

Tais mudanças implicaram modificações nas habitações: a passagem de canos, de água e de esgotos, a modernização de cozinhas e a construção de casas de banho, por vezes juntas, por vezes em logradouros, junto à construção pré-existente.

Ao conforto de ter a água dentro de casa, juntou-se a melhoria das condições de higiene, que trouxeram consigo uma melhoria geral nas condições de saúde das populações. A partir de 1960 o progresso continuou, em prol do bem-estar das populações, acompanhado pelas inovações técnicas e pelas mudanças políticas.

Importa agora salvaguardar e preservar os testemunhos do uso da água ao longo dos tempos, na cidade e arredores. Algumas fontes secaram e, nos tanques, os animais que bebem são já poucos. Porém, as fontes, os tanques, os chafarizes e os poços continuam a marcar os lugares e a toponímia: são pontos de referência.

E, uma vez que todos temos hoje em dia a comodidade de ter água em casa, bastando para isso apenas abrir a torneira, resta-nos dar aos antigos equipamentos da água, que durante tantos séculos, ou apenas décadas, serviram a cidade, o merecido descanso, reformando-os com dignidade e habilitando-os para que sejam objecto de turismo e fruição cultural.



FIG. 72 O Largo do Carmo e a “fonte nova”, que esteve no jardim dos Aliados e que para aqui foi transferida, devido à construção do edifício dos Correios. AM, NB313.

Notas PARTE I

1. “A cota a que se situa a cidade levanta um problema que é o do abastecimento de água. Cotas de cerca de 300 metros, que é a cota a que se encontra Pax Julia, em torno da cidade, só as voltamos a encontrar na Serra de Portel, distante cerca de trinta quilómetros. É certo que esta não é uma distância que não pudesse ser vencida pela engenharia romana mediante a construção de um alto e longo aqueduto. Se alguma vez houve essa importante obra de engenharia civil, dela desapareceram completamente os vestígios, o que não deixa de ser estranho.” LOPES, Conceição, *A cidade Romana de Beja – percursos e debates acerca da “civitas” de PAX IVLIA*, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 185 e 186.
2. PÁSCOA, Marta Cristina, *Fr. Francisco de Oliveira – A escrita da História Regional e Local no século XVIII*, Dissertação de mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2002.
3. ESTRELA, Gisele Freitas, *Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade do Porto, 2017, p. 16.
4. Ordenações Afonsinas, Liv. I, tit. XXVII, n.º6. Consultado *on-line* em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l1p174.htm>
5. Ordenações Manuelinas, Liv. I, Tit. XLVI, Dos Vereadores das cidades, villas, e Cousas que a seus officios pertencem, n.º5. Consultado *on-line* em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l1p322.htm>
6. Nota: a água que vem para o chafariz dos lagares nasce de hum grande cano que dizem vir do poço de cornos.
7. PÁSCOA, Marta Cristina, *Fr. Francisco de Oliveira, op. cit.*, vol. II, p. 67.
8. Ordenações Filipinas, Liv. I, Tit. LXVI, Dos Vereadores. consultado *on-line* em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p144.htm>
9. Os rendeiros eram as pessoas que pagavam para, durante um certo período de tempo – geralmente 3 anos – cobrarem as rendas que eram devidas à Câmara. Licitavam as rendas por um determinado valor e depois tratavam de as cobrar, com o objectivo de ganhar o valor da diferença entre o custo da renda e o imposto efectivamente arrecadado. Havia vários rendeiros, uns da cidade em si, outros das vinhas, entre outros.
10. CMB, Livros de Posturas, Despachos e acórdãos, Liv. 1.º (1576-1604), ADB, cota actual: D1.E48.P7. Cx.0025, Liv. 1, fl. 43.
11. CMB, Livro de Posturas (1738-1816), ADB, cota actual: D1.E48.P7. Cx.0027, fl. 32.
12. CMB, Livros de Posturas, Despachos e acórdãos, Liv. 1.º (1576-1604), ADB, *op. cit.*, fl. 64v.
13. *Ibidem*, fl. 70.
14. CMB, Livro de Posturas (1738-1816), ADB, *op. cit.*, fl. 41v.
15. CMB, Livros de Posturas, Despachos e acórdãos, Liv. 1.º (1576-1604), ADB, *op. cit.*, fl. 70.
16. CMB, Livro de Posturas (1738-1816), ADB, *op. cit.*, fl. 43.
17. CMB, Livros de Posturas, Despachos e acórdãos, Liv. 1.º (1576-1604), ADB, *op. cit.*, fl. 70v.
18. *Ibidem*, fl. 71.
19. *Ibidem*, fl. 71v.
20. *Ibidem*, fl. 71v.
21. CMB, Livro de Posturas (1738-1816), ADB, *op. cit.*, fl. 42.
22. CMB, Livros de Posturas, Despachos e acórdãos, Liv. 1.º (1576-1604), ADB, *op. cit.*, fl. 71v. a 72v.
23. ANTT, Memórias Paroquiais, Salvador, Vol. 6, p. 536. A opinião de as águas serem “puras e cristalinas” não é unânime.
24. Carta encontrada graças à menção que dela faz Fr. Francisco de Oliveira, na obra já citada, afirmando: “[D. João I] Em atenção deste serviço isentou a Beja de tributos de que se achava gravada desde o tempo de seu irmão o rei D. Fernando e fez mercê ao Senado de uns banhos romanos que ficavam nas costas do chafariz da praça que se perderam.” PÁSCOA, Marta Cristina, *op. cit.* p. 59.
25. Chancelaria de D. João I, Liv. 3, fl. 36. Disponível *on-line* em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3813666_img_045.
26. Félix Caetano da Silva, *Memórias Históricas das Antiguidades da Cidade de Beja*, ADB, Fundo Félix Caetano da Silva, nº 9, p. 8.
27. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o chafariz da praça e Poço dos Banhos ou Touril*. ADB, Fundo Mira, nº53, cx. 3.
28. CMB, 1.º Livro de Provisões da Câmara, ADB, cota actual: D1.A1.P1, Liv. 1, fl. 72.

29. CMB, Livros de Posturas, Despachos e acórdãos, Liv. 1.º, *op. cit.*, fl. 64v.
30. CMB, Actas de Vereação, 1591, ADB, cota actual: D1.E.48.P1.Cx.0002 liv. 18, fl. 54.
31. CMB, Actas de Vereação, 1625, ADB, cota actual: D1.E48.P1.Cx.0005, liv 40, fl. 40, 42v. e 43.
32. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB,cota actual: D1.E48.P2.Cx.0008, liv. 54, fl. 69 v. Continua a especificação das obras no mesmo livro, fl. 71 e 71v.
33. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, cota actual: D1.E48.P7.Cx.0031, fl. 26 v.
34. CMB, Livro de Posturas (1738-1816), ADB, *op. cit.*, fl. 32.
35. Tombo dos bens da Gafaria (1509), *op. cit.*, fl. 4 v.
36. Livro de vereações da Câmara de Beja, 16 de Janeiro de 1616, referida nas *Notas Históricas sobre o Poço Pequeno, Poço de Vale de Mértola ou Poço Largo e Poço Novo*. ADB, Fundo Mira, nº64, cx. 3.
37. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço das Correias, Poço da Rua Ancha e Poço do Ouro ou de S. Gregório*. ADB, Fundo Mira, nº56, cx. 3.
38. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço das Correias, op. cit.*
39. Tombo dos bens da Gafaria (1509), *op. cit.*, fl. 14 v.
- 40.. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço do Ulmo e Poço da Pia Quebrada*. ADB, Fundo Mira, nº57, cx. 3.
41. “Se arrematou por 3000 réis o conserto do muro do terreiro do Senhor Infante que cai para a parte da Rua do Poço de João Gomes”. O terreiro do senhor Infante seria o actual largo dos Duques de Beja. Ora, com estas referências, dificilmente se trataria de outro lugar.
42. Tombo dos bens da Gafaria (1509), *op. cit.*, fl. 5v.
43. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre a Fonte da Mangiralda, a fonte de Nossa Senhora das Neves e o Poço da Figueira*. S.d., ADB, Fundo Mira, nº63, cx. 3.
44. PÁSCOA, Marta Cristina, *op. cit.* p. 67.
45. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço pequeno, Poço de vale de Mértola ou Poço Largo e Poço Novo*. ADB, Fundo Mira, nº64, cx. 3.
46. Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 14 v.
47. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço das Correias, op. cit.*, última folha.
48. PÁSCOA, Marta Cristina, *Fr. Francisco de Oliveira, op. cit.*, p. 67.
49. *Idem, ibidem*.
50. “Das sete [lápides] seguintes que ainda existiam no tempo de Cristóvão Rebelo de Macedo não permanecem, menos a seguinte que ele transferiu de fora da cidade para a colocar junto do poço novo da rua do Esquível onde está (...)”, Marta Cristina Páscoa, *Idem, ibidem*, p. 44.
51. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre a Fonte Santa*. ADB, Fundo Mira, nº60, cx. 3.
52. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 54v.
53. PÁSCOA, Marta Cristina, *Fr. Francisco de Oliveira, op. cit.*, p. 58 e 59.
54. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 54v.
55. *Idem*, fl. 13v.
56. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Beja*, Lisboa, Ed. Academia Nacional de Belas Artes, 1992, Vol. I, p. 115.
57. PÁSCOA, Marta Cristina, *Fr. Francisco de Oliveira, op. cit.*, p. 67.

58. P. Pedro Pires Nolasco Serrano, *Relatório das couzas notáveis desta cidade de Beja*, Fundo Mira, n.º 13, cx. 1, p. 18.
59. O conjunto de respostas é conhecido como “Memórias Paroquiais”.
60. ANTT, Memórias Paroquiais, Vol. 6, p. 556.
61. Tombo dos Bens do Hospital de Nossa Senhora da Piedade, ADB, Fundo Santa Casa da Misericórdia, cx. 22, Liv. 243, fl. 34 v. e 35.
62. Forma pela qual é designada vulgarmente a calçada romana ou de origem romana.
63. CMB, Actas de Vereação, 1589, ADB, cota actual: D.1E.48.P1.Cx.0002, liv. 16, fl. 49 v.
64. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço de Aljustrel*. ADB, Fundo Mira, nº61, cx. 3.
65. PÁSCOA, Marta Cristina, Fr. Francisco de Oliveira, *op. cit.*, p. 65 e 66. Não há confirmação, nas actas de vereação, a esta demolição. As actas de 1735 são omissas, as de 1736 e 1737 não existem e as de 1738 fazem apenas uma referência ao poço. Liv. 124 (1735) e Liv. 125 (1738) cota actual: D1.E48.P4.Cx.0019, ambos nesta localização.
66. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 54v.
67. Supomos que esta fosse a via que sairia a direito da porta romana que, pela muralha, se abriria junto ao “Jardim do Bacalhau” e continuava pelo meio do actual bairro da Força Aérea e mata adjacente. Esta via passava, não por coincidência, pela praceta da Calçada e prosseguia em estrada pré-existente na mata, que continua passadas as duas vias de circunvalação que a cortaram, numa linha recta similar à do Tanque dos Cavalos, de que falaremos adiante.
68. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 14 e 14v.
69. CMB, Actas de Vereação, 1738, ADB, *op. cit.*, liv. 125, fl. 13v.
70. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço Pequeno, op. cit.*
71. Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Piedade, ADB, *op. cit.*, fl. 36 v. O ferregial referido neste documento ficaria situado entre a estrada de Mértola e a estrada de Serpa o que mostra que, nesta altura, falamos em caminhos separados – que talvez já o fossem desde o tempo dos romanos, uma vez que para ir para Serpa se atravessava o Guadiana em Quintos; Concerto do Poço de Mértola, CMB, Actas de Vereação, 21 de Junho de 1639. ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 41 v.
72. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 55.
73. Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 15 v.
74. ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 45, fl. 79v. (Consultada apenas a descrição e não o documento em si).
75. ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 19, fl. 27. (Consultada apenas a descrição e não o documento em si).
76. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 54v. e 55.
77. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 16 e 16 v.
78. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço e chafariz do Pelame*. 1874, ADB, Fundo Mira, nº58, cx. 3.
79. *Idem, ibidem*.
80. Tombo dos Bens do Hospital de Nossa Senhora da Piedade, ADB, *op. cit.*, fl. 71.
81. CMB, Actas de Vereação, 1589, ADB, *op. cit.*, liv. 16, fl. 8.

82. É interessante verificar que o P. Inácio de Mira, apesar de grande investigador da história da cidade (chegou a copiar manualmente as 200 folhas do manuscrito de Félix Caetano da Silva que se encontra no Arquivo Municipal), mostra-se sempre céptico quanto ao fundamento de algumas notícias relacionadas com os “tempos antigos”, se delas não existissem vestígios visíveis.
83. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o chafariz do Cano*, 1874. ADB, Fundo Mira, nº62, cx. 3.
84. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Chafariz da Sulatesta*. 1874, ADB, Fundo Mira, nº54, cx. 3.
85. CMB, Actas de Vereação, 1591, ADB, *op. cit.*, Vereação de 27/04/1591.
86. CMB, Actas de Vereação, 1624, ADB, cota actual: D1.E48.P1.Cx.0005, Vereação de 10/09/1624.
87. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Chafariz da Sulatesta*. 1874, *op. cit.*
88. *Idem, ibidem*, segunda nota. Não deixava de ter razão o P. Mira pois, efectivamente, todas as “preciosidades” que entraram na posse do bispo Cenáculo foram levadas por este para Évora, quando se tornou arcebispo daquela cidade.
89. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 15v. e 16.
90. José Inácio de Mira, *Cavalgada da Câmara ou o acompanhamento da bandeira Real na manhã do dia de São João Baptista*. 1874, ADB, Fundo Mira, nº134, cx. 5, nota a) da 1.ª página.
91. Cf. MESTRE, Joaquim F. e TOUCINHO, Maria José, *Uma antiga tradição de Beja “A cavalgada da manhã do dia de S. João Baptista”*, ed. AMDB, Beja, s.d.
92. José Inácio de Mira, *Cavalgada da Câmara*, *op. cit.*
93. A este propósito diz o P. Mira que a tradição das fogueiras e das “canas verdes” vinha do “tempo dos mouros” porque estes também veneravam São João Baptista, não como santo, mas como profeta. De relembrar que os festejos dos santos populares que chegaram até nós incluíam as fogueiras e os ramos verdes de palmeiras.
94. Mesa cheia de doces e iguarias, servida junto ao tanque. Cf. MESTRE, Joaquim F., *op. cit.*
95. P. Pedro Pires Nolasco Serrano, *Relatório das couzas notáveis desta cidade de Beja, op. cit.*, p. 16 e 17.

Notas PARTE II

119. ASSUMPÇÃO, T. Lino, *Frades e Freiras (Chroniquetas monasticas)*, Typ. da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1893, p. 23
120. EMAS, Documentos Históricos, *Condições para o Fornecimento d’agua na cidade de Beja*, 1911.
121. EMAS, *Questionário aos Serviços Municipalizados*, 1943, inserido no Livro de Actas de 1921, s.n. Este livro serviu entre Janeiro e Outubro de 1921. Tem um termo de encerramento de 1926 em que se diz que o livro foi encontrado nesse ano, “debaixo do estrado existente à entrada da casa de manobras do Reservatório da Conceição”. Como a direcção nomeada em 1926 já tinha encetado novo livro, este foi encerrado. Ficamos, porém,

96. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço do Ulmo e Poço da Pia Quebrada*. ADB, *op. cit.*, citando o Tombo da Gafaria ou da Confraria de Santa Maria da Feira, *op. cit.*, fl. 13 e outras.
97. CMB, Actas de Vereação, 1589, ADB, *op. cit.*, liv. 16, fl. 71.
98. CMB, Actas de Vereação, 1591, ADB, *op. cit.*, liv. 18, fl. 72v. e 73.
99. *Ibidem*, fl. 90
100. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 15.
101. PÁSCOA, Marta Cristina, *Fr. Francisco de Oliveira, Op. cit.* p. 67.
102. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço do Ulmo e Poço da Pia Quebrada*. ADB, *op. cit.*
103. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço dos Frangos e Poço do Coelho*. 1874, ADB, Fundo Mira, nº59, cx. 3.
104. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 15v. e 16 v.
105. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Op. cit.*, vol. I, p. 118, em nota. Este autor não cita muitas vezes as fontes em que se baseia, como é o caso, o que nos impede de aprofundar mais a questão.
106. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 15v. e 17.
107. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço dos Frangos e Poço do Coelho*. 1874, *op. cit.*
108. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre o Poço dos Frangos e Poço do Coelho*. 1874, *op. cit.*
109. CMB, Actas de Vereação, 1625, ADB, *op. cit.*, liv. 40, fl. 24, 27v. e 28, 30.
110. José Inácio de Mira, *Notas Históricas sobre a Fonte da Mangiralda, a fonte de Nossa Senhora das Neves e o Poço da Figueira, op. cit.*
111. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 41 e 41v.
112. Tombo dos bens da Gafaria (1509), *op. cit.*, fl. 49 v.
113. CMB, Actas de Vereação, 1639, ADB, *op. cit.*, liv. 54, fl. 41.
114. Tombo dos Bens do Hospital de Nossa Senhora da Piedade, ADB, *op. cit.*, fl. 29.
115. CMB, Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), ADB, *op. cit.*, fl. 15v. e 17v.
116. *Idem, ibidem*.
117. Tombo dos Bens do Hospital de Nossa Senhora da Piedade, ADB, *op. cit.*, fl. 31.
118. *Idem, ibidem*.

- sem saber se foram escritas (e onde) as actas relativas às reuniões ocorridas entre o fim de 1921 e Agosto de 1926.
122. EMAS, Livro de Actas de 1921, s.n., fl. 1.
123. EMAS, Documentos Históricos, *Relatório do Concelho de Gerência dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Beja referente ao ano de 1924, 1925*, Tipografia Porvir, Beja. É o único Relatório do Conselho de Gerência conhecido, neste período.
124. EMAS, *Actas do Concelho de Administração dos Serviços Municipalizados*, Liv. nº 1, acta nº 6, fl. 28.
125. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 1, acta nº 1. Carlos Roeder cessa a sua

- prestação de serviços em Novembro de 1928. *Ibidem*, acta nº 24, fl. 41v.
126. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 1, acta nº 24.
127. EMAS, Documentos Históricos, *Regulamento dos Serviços Municipalizados*, Tip. A Folha de Beja, 1934.
128. É dada a posse por José Joaquim Cruz, que, tendo ingressado em 1927 nos serviços para substituir o primeiro guarda-livros contratado, havia progredido e era nesta época director comercial.
129. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 1, acta nº 11, fl. 58v.
130. *Ibidem*, acta nº 23, fl. 65v.
131. Situava-se no actual parque de estacionamento em frente à Casa da Cultura.
132. Trata-se da cadeia filipina, posteriormente demolida para a construção da Repartição de Finanças.
133. EMAS, *Actas das Sessões da Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados de Beja*, liv. 3, fl. 115 e seguintes, acta extraordinária de 17/12/1938.
134. EMAS, *Actas das Sessões...*, liv. 3, fl. 124.
135. A título de exemplo, a reclamação do Doutor José Sebastião Raposo, pelo motivo referido, no Liv. nº 5 de actas, fl. 39 v.
136. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 6, fl. 19.
137. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 5, fl. 154.
138. EMAS, Documentos Históricos, *Condições para o Fornecimento d'agua na cidade de Beja*, 1911
139. EMAS, Documentos Históricos, *Regulamento dos Serviços Municipalizados*, 1934.
140. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 1, acta nº 14, fl. 34.
141. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 1, acta nº 5.
142. *Ibidem*, acta nº 34, fl. 72.
143. Proposta constante do ofício nº155 de 05/06/1933, EMAS, *Actas das Sessões...*, liv. 2, fl. 1 v.
144. EMAS, *Actas do Concelho...* Liv. nº 1, acta nº 21, fl. 64v.
145. EMAS, *Actas das Sessões...*, Liv. nº3, fl. 165 v.
146. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 5, fl. 12.
147. Actual estação de correios.
148. EMAS, *Actas das Sessões...*, liv. nº3, fl. 146 v.
149. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 5, fl. 14 v. e 15.
150. *Ibidem*, fl. 107 v.
151. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 6, fl. 4 v.
152. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 5, fl. 185 e v. Decisão de 20/11/1953.
153. *Ibidem*, fl. 58.
154. *Ibidem*, fl. 109.
155. EMAS, Processo técnico nº1A1, fl. 1.
156. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, fl. 174.e ss.
157. EMAS, Processo técnico nº1A1, fl. 2.
158. EMAS, processo técnico nº 2, fls. 1 e 2
159. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 1, acta nº 24.
160. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Op. cit.*, vol. I, p. 106.
161. EMAS, proc. Técnico nº 3 A, fl. 1 e 2.
162. *Ibidem*, fl. 3.
163. EMAS, *Actas das Sessões...*, Liv. nº3, fl. 59.
164. *Ibidem*, fl. 144.
165. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, acta 17/02/1941, fl. 14 e fl. 125.
166. EMAS, Proc. Técnico nº 1 A1, fl. 12
167. EMAS, Documentos Históricos, *Regulamento para o Abastecimento e Consumo de Água*, 1924, Tipografia Porvir, Beja.
168. EMAS, Documentos Históricos, *Regulamento para o Abastecimento e Consumo de Água, op. cit.*, p. 7 e 8.
169. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 1, acta nº 14, fl. 34.
170. *Ibidem*, acta nº 37.
171. EMAS, *Actas das Sessões...*, Liv. nº3, fl. 17 v.
172. EMAS, *Actas das Sessões...*, Liv. 2, fl. 66 v.
173. EMAS, *Actas das Sessões...*, Liv. nº3, fl. 2 v.
174. *Ibidem*, fl. 59.
175. *Ibidem*, fl. 134.
176. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, fl. 65 e ss.
177. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 5, fl. 52, de 21/07/1948.
178. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, fl. 96.
179. *Ibidem*, fl. 122.
180. EMAS, Processo técnico nº5 A, fl. 4.
181. EMAS, Processo técnico nº 18A.
182. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 6, fl. 42 v e 43.
183. *Ibidem*, fl. 50 v.
184. *Ibidem*, fl. 53 v.
185. *Ibidem*, fl. 55 v.
186. *Ibidem*, fl. 51.
187. *Ibidem*, fl. 58.
188. *Ibidem*, fl. 109.
189. EMAS, *Actas das Sessões...*, Liv. nº3, fl. 156v. e 157.
190. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, fl. 125 v.
191. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, fl. 130 v. e ss e fl. 165v..
192. *Ibidem*, fl. 169 v. e 174.
193. EMAS, processo técnico nº 8 A1, fl. 1.
194. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, fl. 175 e 175v.
195. EMAS, *Actas do Concelho*, Liv. nº 5, fl. 11 v.
196. *Ibidem*, fl. 57 v.
197. *Ibidem*, fl. 78 v. e 79.
198. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 6, fl. 27 v.
199. EMAS, processo técnico nº 19A.
200. EMAS, processo técnico nº 24AC2, fl. 2.
201. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 6, fl. 90, 91 e 98.
202. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 4, fl. 196.
203. EMAS, *Actas do Concelho...*, Liv. nº 5, fl. 22, reunião de 05/07/1947.
204. *Ibidem*, fl. 43.
205. *Ibidem*, fl. 92 v.
206. *Ibidem*, fl. 122.



FIG. 73 Obras de captação de águas – 1949. AM, 4B321.



FIG. 74
Seminário Diocesano, cerca do jardim e espaço do actual parque de estacionamento do mercado, durante as obras de canalização. O mercado não havia ainda sido construído e o muro do jardim ainda viria a ser rebaixado. Am, B545.



FIG. 75
Abertura de valas na Rua dos Infantes. AM B5129.



FIG. 76
Estação provisória de um dos novos furos de captação de águas. AM, B324.



FIG. 77
Em 1948, o jardim Duarte Pacheco e o chafariz que depois transitou para o largo de Santo Amaro. AM, C132.



FIG. 78
Abertura de vala junto ao edifício dos Correios. AM B 5101.



FIG. 79 Colocação de esgotos no Bairro da Apariça, em 1948. AM B5482.

BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS:

ASSUMPÇÃO, T. Lino, *Frades e Freiras (Chroniquetas monasticas)*, Typ. Da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1893

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Beja*, Lisboa, Ed. Academia Nacional de Belas Artes, 1992, vol. I

ESTRELA, Gisele Freitas, *Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade do Porto, 2017, Acedido em 10-04-2018, <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/109304/2/234301.pdf>

LOPES, Conceição, *A cidade Romana de Beja – percursos e debates acerca da “civitas” de PAX IVLIA*, Instituto de Arqueologia, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 2003.

MESTRE, Joaquim F. e TOUCINHO, Maria José, *Uma antiga tradição de Beja “A cavalgada da manhã do dia de S. João Baptista”*, ed. AMDB, Beja, s.d.

Ordenações Afonsinas, exemplar original digitalizado, acedido em 28-07-2018, <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l1p174.htm>

Ordenações Filipinas, exemplar original digitalizado, acedido em 28-07-2018, <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p144.htm>

Ordenações Manuelinas, exemplar original digitalizado, acedido em 28-07-2018, <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l1p322.htm>

PÁSCOA, Marta Cristina, *Fr. Francisco de Oliveira – A escrita da História Regional e Local no século XVIII*, Dissertação de mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2002, vol. II.

FONTES MANUSCRITAS:

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO

- > Memórias Paroquiais, vol. 6 – Beja, Freguesia do Salvador
- > Chancelaria de D. João I, liv. 3, fl. 36 (foto)
- > Centro Português de Fotografia, Fundo “Empresa Pública, Jornal O Século”

ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA

Fundo da Câmara Municipal

- > Tombo de Bens do Concelho (1643-1745), cota actual: D1.E48.P7. Cx.0031,
- > Livros de Provisões da Câmara, Liv. 1, cota actual: D1.A1.P1, Liv. 1,
- > Livros de Posturas, Despachos e acórdãos:
 - Liv. 1.º de Posturas (1576-1604), cota actual: D1.E48.P7. Cx.0025, Liv. 1;
 - Livro de Posturas (1738-1816), cota actual: D1.E48.P7. Cx.0027

- > Actas de Vereação:
 - Liv. 16, (1589) cota actual: D.1E.48.P1.Cx.0002;
 - Liv. 18, (1591) cota actual: D1.E.48.P1.Cx.0002;
 - Liv. 39, (1624), cota actual: D1.E48.P1.Cx.0005;
 - Liv. 40, (1625) cota actual: D1.E48.P1.Cx.0005;
 - Liv. 54, (1639) cota actual: D1.E48.P2.Cx.0008;
 - Liv. 124 (1735) cota actual: D1.E48.P4.Cx.0019;
 - Liv. 125 (1738) cota actual: D1.E48.P4.Cx.0019

Fundo da Santa Casa da Misericórdia

- > Tombo dos bens da Gafaria, Santa Maria da Feira e Confraria da Misericórdia, 1509, liv. 311.
- > Tombo dos Bens do Hospital de Nossa Senhora da Piedade, 1509, Liv. 243.

Fundo Mira

- > MIRA, P. Inácio de, *Memórias Históricas sobre Poços e Fontes*, Fundo Mira, cx. 3, nºs 53 a 64.
- > SERRANO, P. Pedro Pires Nolasco, *Relatório das couzas notáveis desta cidade de Beja*, Fundo Mira, n.º 13, cx. 1

Fundo Félix Caetano da Silva

- > SILVA, Félix Caetano da, *Memórias Históricas das Antiguidades da Cidade de Beja*, n.º 9

Arquivo da EMAS

- > Actas – Livro s.n. (1921)
- > Actas do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados – Livros 1, 4, 5, 6.
- > Actas das Sessões da Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados – Livros 2 e 3.
Nota: Os livros de actas seguem uma sequência numérica, correspondente à ordem cronológica, sendo a mudança de título consequência da mudança (provisória) de nome do órgão que produzia as mesmas actas.
- > Pasta de “Documentos Históricos”.
- > Processos técnicos. Proc. N.º 1A, 1A2 (desenhos), 2A, 3A, 5A (foto 83), 8A1, 8A3 (planta), 26A4 (planta).

EMAS de Beja, uma
referência no serviço
público municipal.



emas
EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE BEJA, E.M.



CÂMARA MUNICIPAL
BEJA
CENTRO DO SUL